

CURSO TÉCNICO EM
MEIO AMBIENTE

CTMA

TRAMAS E
TESSITURAS

2 A GESTÃO



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
Departamento de Gestão da Educação na Saúde
Coordenação Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Presidente

Paulo Ernani Gadelha Vieira

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

Diretor

Paulo César de Castro Ribeiro

Vice-diretor de

Gestão e Desenvolvimento Institucional

José Orbílio de Souza Abreu

Vice-diretora de

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Marcela Pronko

Vice-diretora de Ensino e Informação

Páulea Zaquini Monteiro Lima

Conselho de Política Editorial

André Vianna Dantas (coordenador)

Bianca Côrtes

Carla Martins

Cátia Corrêa Guimarães

Grasiele Nespoli

José Roberto Franco Reis

José dos Santos Souza

Luís Maurício Baldacci

Márcia Teixeira

Ramon Peña Castro

Vânia Cardoso da Motta

Coordenação do Projeto

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE - EPSJV/FIOCRUZ

Cooperação:

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

NÚCLEO TRAMAS (TRABALHO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA



CTMA

ÊNFASE EM
SAÚDE AMBIENTAL DAS
POPULAÇÕES DO CAMPO

TRAMAS E TESSITURAS

sobre território, trabalho, saúde, ambiente e educação

Nº 2

A GESTÃO

Lições aprendidas das experiências no Ceará e Paraná

Rio de Janeiro, 2017
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Fiocruz



Licença Creative Commons atribuição CC BY-NC.
É permitido copiar e distribuir para uso não comercial,
sempre citando a fonte.

Texto e organização

Gigi Castro

André Campos Búrigo

Eduardo Alvares da Silva Barcelos

Lara de Queiroz Viana Braga

Animação do

processo de sistematização

Gigi Castro

Equipe de Sistematização

Adaizi Citron da Silva

André Campos Búrigo

André Luis Monteiro

Bernardo Vaz

Eduardo Alvares da Silva Barcelos

Etel Matiello

Gigi Castro

Lara de Queiroz Viana Braga

Marcelo José Monteiro Ferreira

Revisão

Alexandre Pessoa Dias

Gigi Castro

Mercedes Queiroz Zuliani

Arte, diagramação e edição

Bernardo Vaz | Aicó Culturas

Ilustrações

Anderson Augusto de Souza Pereira

Catálogo na fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

C355g

Castro, Gigi (Org.)

A gestão / Organizado por Gigi Castro, André Campos Búrigo, Eduardo Alvares da Silva Barcelos e Lara de Queiroz Viana Braga. – Rio de Janeiro: EPSJV, 2017.

48 p. : il. ; - (Coleção Tramas e Tessituras, 2)

ISBN: 978-85-98768-94-6

1. Saúde do Campo. 2. Saúde da População Rural. 3. Educação do Campo. 4. Politecnia. 5. Movimentos Sociais. 6. Agroecologia. 7. Reforma Agrária. 8. Agricultura Sustentável. 9. Gestão. 10. Pedagogia do Movimento Sem Terra. I. Búrigo, André Campos. II. Barcelos, Eduardo Alvares da Silva. III. Braga, Lara de Queiroz Viana. IV. Título.

370.91734

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Fiocruz

Av. Brasil, 4.365

21040-360 – Mangueiras

Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 3865-9797

www.epsjv.fiocruz.br

SUMÁRIO

apresentação

LUZES E SOMBRAS	11
-----------------------	----

preparação

GESTÃO COMO VERBO	17
OS CAMINHOS PERCORRIDOS	20
BASES DA PROPOSTA CURRICULAR	22
A CONSTRUÇÃO COLETIVA OU AS 10 OFICINAS PREPARATÓRIAS	24
DESAFIOS INTERINSTITUCIONAIS DA GESTÃO E DO FINANCIAMENTO.....	26

em curso

GESTÃO COMO SUBSTANTIVO	33
-------------------------------	----

pós curso

CUIDAR DO JARDIM.....	43
RECADOS.....	50

Coordenação do Projeto	<i>Alexandre Pessoa Dias</i> <i>André Campos Búrigo</i> <i>Eduardo Alvares da Silva Barcelos</i>	
Analistas de Gestão do Projeto	<i>Adriana da Silva Ricão</i> <i>Aline Andréa Pereira</i>	<i>Denise Ribeiro da Costa</i> <i>Patrícia Maria Ferreira da Silva</i>
Coordenação Político Pedagógica da turma Josué de Castro (PR)	<i>Adaizi Citron da Silva</i> <i>Alexandre Pessoa Dias</i> <i>André Campos Búrigo</i> <i>Eduardo Alvares da Silva Barcelos</i>	<i>Elaine Jussara Marchioro</i> <i>Etel Matiolo</i> <i>Jaqueline da Luz Ferreira</i> <i>Marcos Antônio Pereira</i>
Coordenação Político Pedagógica da turma Raízes da Terra (CE)	<i>Alexandre Pessoa Dias</i> <i>André Campos Búrigo</i> <i>Clarice Rodrigues</i> <i>Eduardo Alvares da Silva Barcelos</i> <i>Gislei Siqueira</i>	<i>Jaqueline da Luz Ferreira</i> <i>Lara de Queiroz Viana Braga</i> <i>Marcelo José Monteiro Ferreira</i> <i>Rosângela Pereira</i> <i>Rosivaldo dos Santos</i>
Educadores e Educadoras		
<i>Adaizi Citron da Silva</i>	<i>Geraldo Deffune G. de Oliveira</i>	<i>Mario Martins</i>
<i>Alan Tygel</i>	<i>Geraldo Gasparim</i>	<i>Maritânea Andretta Risso</i>
<i>Alexandre Pessoa Dias</i>	<i>Gigi Castro</i>	<i>Mayrá Lobato</i>
<i>Alfredo Benato</i>	<i>Gilvan Santos</i>	<i>Miguel Xavier de Carvalho</i>
<i>Ana Claudia Teixeira</i>	<i>Gislei Siqueira</i>	<i>Natália Martins</i>
<i>Anelise Graciele Rambo</i>	<i>Gladys Miyashiro Miyashiro</i>	<i>Neusa Buffon</i>
<i>André Campos Búrigo</i>	<i>Helionora da Silva Alves</i>	<i>Nilciney Toná</i>
<i>André Luis da Silva Monteiro</i>	<i>Henrique Frota</i>	<i>Olga Estefania Duarte</i>
<i>Andrezza Grazzielli</i>	<i>Henrique Marinho</i>	<i>Paulo Victor Bezerra de Lima</i>
<i>Antônia Ivoneide Melo Silva</i>	<i>Idalice Barbosa</i>	<i>Paulo César Ueti Barasioli</i>
<i>Antônio Escobar de Almeida</i>	<i>Jaqueline da Luz Ferreira</i>	<i>Paulo de Oliveira Perna</i>
<i>Arlene Chaves</i>	<i>José Pereira de Sousa Sobrinho</i>	<i>Priscila Delgado de Carvalho</i>
<i>Armelindo Rosa da Maia</i>	<i>Josimeire Aparecida Leandrini</i>	<i>Raquel Maria Rigotto</i>
<i>Bernadete Bezerra</i>	<i>Julian Perez Cassarino</i>	<i>Rhayane Lourenço</i>
<i>Bernardo Vaz</i>	<i>Juliana Teixeira</i>	<i>Rino Bonvini</i>
<i>Carla Maria Loop</i>	<i>Laldiane de Souza Pinheiro</i>	<i>Rodrigo Azevedo</i>
<i>Carlile Lavor</i>	<i>Lara de Queiroz Viana Braga</i>	<i>Rodrigo das Neves dos Santos</i>
<i>Carlos José Raupp Ramos</i>	<i>Leonardo Pereira Xavier</i>	<i>Rosana Kirsch</i>
<i>Cleusa Maria dos Santos</i>	<i>Leonardo Schramm Feitosa</i>	<i>Rosângela Pereira</i>
<i>Christine Farias Coelho</i>	<i>Ligia Klein</i>	<i>Rosivaldo dos Santos</i>
<i>Debora Villetti Zuck</i>	<i>Lisaldo Maia</i>	<i>Rudison Luiz Ladislau</i>
<i>Dennison de Oliveira</i>	<i>Lúcia Isabel de Araújo</i>	<i>Sadi Gomes de Amorim</i>
<i>Diego Gadelha de Almeida</i>	<i>Luciana Strobel</i>	<i>Sergiano de Lima Araújo</i>
<i>Eduardo Alvares da Silva Barcelos</i>	<i>Luis Alejandro Lasso Gutierrez</i>	<i>Sidnei Apolinário</i>
<i>Elaine Jussara Marchioro</i>	<i>Maisa Servolo Baggio</i>	<i>Tauí Castro</i>
<i>Elemar Cezimbra</i>	<i>Manuela F. C. da Silva Pereira</i>	<i>Teolide Parizotto Turcatel</i>
<i>Elsa Marília Andujar de Oliveira</i>	<i>Marcelo José Monteiro Ferreira</i>	<i>Thiago da Cruz Alves</i>
<i>Elizabeth Guinart Araújo</i>	<i>Marcelo José de Souza e Silva</i>	<i>Ursino da Silva Neto</i>
<i>Etel Matiolo</i>	<i>Marco Aurélio Da Ros</i>	<i>Valdemar Arl</i>
<i>Fátima Castro</i>	<i>Marcos Antônio Pereira</i>	<i>Vanessa Calixto</i>
<i>Francis Mary Guimarães Nogueira</i>	<i>Marcos Gehrke</i>	<i>Vanessa Issuzu Miyakawa</i>
<i>Frederico Costa</i>	<i>Maria Idalice Silva Barbosa</i>	<i>Vera Dantas</i>

“ Os conceitos de racionalidade e de eficácia, subjacentes ao conhecimento técnico-científico hegemônico, são demasiado restritivos para captar a riqueza e a diversidade da experiência social do mundo (...), eles discriminam as práticas de resistência e de produção de alternativas contra-hegemônicas. Deste modo, a racionalidade e a eficácia hegemônicas acarretam uma contração do mundo ao ocultarem e desacreditarem todas as práticas, todos os agentes e saberes que não são racionais ou eficazes segundo seus critérios. A ocultação e o descrédito destas práticas constitui um desperdício de experiência social, quer da experiência social que já se encontra disponível, quer da experiência social que, não estando ainda disponível, é contudo realisticamente possível. ”

Boaventura de Sousa Santos (in “Fórum Social Mundial – Manual de Uso”)

“ *A Educação do Campo toma posição, age, desde uma particularidade e não abandona a perspectiva da universalidade, mas disputa sua inclusão nela (seja na discussão da educação ou de projeto de sociedade). Sim! Ela nasce da ‘experiência de classe’ de camponeses organizados em movimentos sociais e envolve diferentes sujeitos, às vezes com diferentes posições de classe. Sim!*

A Educação do Campo inicia sua atuação desde a radicalidade pedagógica destes movimentos sociais e entra no terreno movediço das políticas públicas, da relação com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que ela combate, se coerente for com sua materialidade e vínculo de classe de origem. Sim! A Educação do Campo tem se centrado na escola e luta para que a concepção de educação que oriente suas práticas se descentre da escola, não fique refém de sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo. E uma vez mais, sim! A Educação do Campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do Campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital.

(...) Educação do Campo não é uma proposta de educação. Mas enquanto crítica da educação em uma realidade historicamente determinada, ela afirma e luta por uma concepção de educação (e de campo).”

Roseli Caldart (“Educação do Campo — notas para uma análise de percurso” in Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009, pp.38-40)

MINHA INSERÇÃO NO CURSO ME INFLUENCIOU A TER UM OLHAR MAIS AMPLO SOBRE O MEIO AMBIENTE EM QUE VIVEMOS, A TER MAIS CUIDADO PARA A SAÚDE DO MEIO AMBIENTE E DO TRABALHADOR. ME AJUDOU A TER UM SENTIMENTO DE SOLIDARIEDADE UM POUCO MAIOR, ATÉ PORQUE AGORA JÁ ME SINTO COM MAIS PROPRIEDADE PARA AJUDAR OU INTERVIR EM ALGO QUE AJUDE A COMUNIDADE, PELA BAGAGEM DE CONHECIMENTO QUE ANTES NÃO TINHA E QUE AGORA VOU LEVANDO PRA CASA. COM A VISÃO QUE ADQUIRIMOS EM SALA DE AULA, MUITA COISA MUDOU COM RELAÇÃO AO ENVOLVIMENTO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS. ANTES, SÓ O MEU PAI ERA ENVOLVIDO NA LUTA, POIS EU NÃO TINHA ESSA VISÃO E CONHECIMENTO DA EXTREMA IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS. COM O CURSO, EU DESCOBRI ESSA IMPORTÂNCIA E A RELAÇÃO QUE O JOVEM TEM COM ELA. A PARTIR DAÍ, COMECEI A ME ENVOLVER NESTA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E IGUALITÁRIA. ESSE CURSO FOI PENSADO NUMA ABRANGÊNCIA MUITO BOA, POIS NÃO NOS FORMAMOS E VIVENCIAMOS SOMENTE A TÉCNICA, MAS ADENTRAMOS NO DISCURSO POLÍTICO E SOCIAL. DESSA FORMA APRENDEMOS A LIDAR COM A TÉCNICA SOCIAL E POLÍTICA E ISSO CONTRIBUIU PARA NOSSA DISCUSSÃO EM NOSSAS COMUNIDADES, PARA COMPREENDERMOS QUE A TÉCNICA NÃO ANDA SEM A POLÍTICA: SEM A SENSIBILIZAÇÃO, SEM A AÇÃO, SEM O DEBATE, SEM SOLIDARIEDADE, SEM O SACRIFÍCIO, SEM A VISÃO MAIS AMPLA DO TERRITÓRIO — TUDO ISSO É UM DISCURSO POLÍTICO E PEDAGÓGICO. ASSIM, FALO COM CLAREZA QUE O CURSO CONTRIBUI BASTANTE PARA QUE ISSO ACONTEÇA. TODOS TIVERAM UM PAPEL IMPORTANTE NESSE PROCESSO, MAS QUEM ESTAVA SEMPRE PUXANDO A ORELHA, SE MOBILIZANDO PARA GARANTIR OS MELHORES PROFESSORES, A MELHOR ALIMENTAÇÃO, FOI A CPP (COORDENAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA) — E JUNTO COM ELA CONSTRUÍMOS O QUE FINALIZAMOS COM MUITA ALEGRIA. TEMOS A PLENA CONVICÇÃO DE QUE ESSA FORMAÇÃO SENDO USADA DA MANEIRA QUE APRENDEMOS É DE TOTAL

IMPORTÂNCIA PARA AS COMUNIDADES, POIS DISCUTIMOS SAÚDE NUMA PERSPECTIVA DE PROMOVER MELHORIAS PARA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E VIDA DAS FAMÍLIAS.”. **JARDESON LIMA** — ASSENTAMENTO 25 DE MAIO, MADALENA, CE. TRECHOS DE “CARTA DA MINHA EXPERIÊNCIA DO CURSO”, AO FINAL DO CTMA, 2013.

O CTMA ME PROPORCIONOU ALCANÇAR BOA PARTE DO QUE ESPERAVA OU OBJETIVAVA. APESAR DE ALGUMAS DIFICULDADES, CONSEGUI COMPREENDER A PROPOSTA DO CURSO, SENDO UMA GRANDE REALIZAÇÃO DE MINHA PARTE, POIS TINHA PLANO DE ME FORMAR EM ÁREAS VOLTADAS AO MEIO AMBIENTE E O CURSO TROUXE PRESENTE ESTA PROPOSTA. CONCLUO ESTE CURSO COM UMA GRANDE BAGAGEM TÉCNICA E POLÍTICA, MAS TAMBÉM DE SER CRÍTICO, SABER ME POSICIONAR DIANTE DE CADA SITUAÇÃO, DE RESPEITAR E DEFENDER OS PRINCÍPIOS DO MOVIMENTO QUE PERTENÇO. TRAGO COMIGO GRANDES DESAFIOS E BUSCAREI RESPEITÁ-LOS, PARA QUE ALÉM DE TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE, SER POLÍTICO E MILITANTE QUE CONTRIBUI E DEFENDE OS IDEAIS DA CLASSE TRABALHADORA, BUSCANDO CONTRIBUIR NA VIABILIDADE DE AÇÕES CONJUNTAS QUE PROMOVA SAÚDE NOS TERRITÓRIOS COMO UM TODO, SEJAM ELAS POLÍTICAS, TÉCNICAS OU SOCIAIS E JUNTO COM AS COMUNIDADES CONTRAPOR O MODELO HEGEMÔNICO DO CAPITAL, SEJA NA PRODUÇÃO, COMUNICAÇÃO, CONSUMO E ATÉ MESMO NAS RELAÇÕES SOCIAIS. TODOS ESTES ASPECTOS INFLUENCIAM NA SAÚDE AMBIENTAL. ESPERO AGORA SER OPORTUNIZADO A INSERIR-ME EM ATIVIDADES QUE POSSIBILITEM COMPARTILHAR TODAS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS EM MAIS UMA ETAPA DA MINHA VIDA. SEGUIMOS JUNTOS RUMO A TODAS AS CONQUISTAS QUE VIRÃO. **THIAGO GONÇALVES DE SOUZA** — ASSENTAMENTO CELSO FURTADO, QUEDAS DO IGUAÇU, PR. TRECHOS DE “CARTAS DA MINHA EXPERIÊNCIA DO CURSO” AO FINAL DO CTMA, 2013.



LUZES E SOMBRAS

Se para darmos conta da concepção como um todo do Curso Técnico em Meio Ambiente com ênfase em Saúde Ambiental das Populações do Campo/CTMA utilizamos a *árvore* como uma metáfora no Fascículo 1, *O Curso*, começamos este Fascículo 2 que trata da Gestão ampliando essa imagem para que ela possa nos auxiliar a compreender essa dimensão do processo — dimensão absolutamente importante e sem a qual o CTMA não teria ganho concretude.

Pensamos, então, para essa ampliação, que é necessário recuperar e compartilhar os aspectos de *luz* e *sombra* do que estamos a chamar de *Gestão do CTMA*.

No que diz respeito ao aspecto das *luzes*, temos num primeiro momento as *várias articulações* tecidas com instituições e organizações diversas, quer pertinentes ao Estado quer da sociedade civil — a demonstrar a grande capacidade de mobilização para que o Curso acontecesse. Aí podemos encontrar instâncias do Ministério da Saúde,

de Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, de Escolas de Saúde Pública, de Universidades, de movimentos sociais, cooperativas, ONGs, da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), da Rede Unida, entre muitas outras (*ver mapa na página 37*).

No tocante ao segundo aspecto, o das *sombras*, este traz elementos do que nem sempre vem a público, mas sem o qual o que é visível, concreto, palpável não se faria. Exige, para que se possa permeá-lo, visitar muitos documentos, muito do vivido entre tensões que é necessário considerar, tendo em vista o *caráter pedagógico de todo esse processo*.

Nesse sentido, compartilhar as experiências de *Gestão do CTMA* implica em escolher *caminhos*. Um deles pode ser feito dividindo em três fases o CTMA: *preparação* ou *pré-Curso*, *Curso* e *pós-Curso*.

Outro caminho possível diz respeito a apresentarmos uma divisão das atividades da gestão em articulação interinstitucional e intrainstitucional

relativas à *EPSJV/Fiocruz* (uma vez ser esta a instituição oficialmente responsável pelo projeto do CTMA junto às instâncias de financiamento), gestão acadêmico-pedagógica, gestão administrativa e gestão financeira.

Por fim, um terceiro caminho possível envolve identificar os principais interlocutores, as principais ações e o que, no seu conjunto, pode demonstrar o esforço específico do CTMA.

Dada a profundidade dos aspectos em questão, seguiremos esses caminhos de forma integrada. Nesse intento buscamos comunicar aquilo que não pode deixar de ser dito para que se compreenda a complexidade que essa experiência pedagógica trouxe não só para a *Gestão do CTMA*, como para todos os sujeitos envolvidos.

E porque esses caminhos todos não são uma finalidade em si, mas perseguem o objetivo maior que é a *formação de trabalhadores/as rurais para atuação em seus territórios no âmbito da saúde ambiental* — e como uma resposta às muitas lutas pela *saúde do campo* (em especial, à própria Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas/PNSIPCFA) —, temos uma reflexão norteadora de todo esse processo que é: por que formar um/a *Técnico/a em Meio Ambiente* nos moldes em que o fez o CTMA? Que desafios postos para a *Educação e a Saúde do Campo* permeiam todo esse processo?

EPSJV

Em 1989 a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio se tornou uma unidade técnico-científica da Fiocruz e tem como missão promover em âmbito nacional a Educação Profissional em Saúde dedicando-se em atividades de ensino, pesquisa e cooperação voltadas, portanto, e prioritariamente, a trabalhadores de nível fundamental e médio do SUS. É referência na formação de trabalhadores/as da saúde que têm na politecnia a marca de seu projeto ético-político. Entre os objetivos da Escola estão: formular propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produzir e divulgar conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde. Saiba mais no site www.epsjv.fiocruz.br

A nos auxiliar nesse percurso, e para que se possa melhor perceber a interseção entre os aspectos políticos/acadêmico-pedagógicos/administrativo-financeiros e institucionais como um todo, trazemos também para essa sistematização o próprio *método de gestão do CTMA*, baseado nos princípios do *Método Pedagógico do MST* — em diálogo, sempre, com os acúmulos da EPSJV/FIOCRUZ na sua relação de cooperação com o Movimento já há cerca de uma década e a partir da sua missão de promover a Educação Profissional em Saúde.

Dito isso, percorramos os meandros dessa construção. Não são poucos nem tão simples. Podem, no entanto, a partir dos aprendizados extraídos *na* e *da* própria práxis e em consonância com as reflexões aqui compartilhadas, gerar outros processos e/ou *recados*, seja para os movimentos, instituições e entidades, seja para as instâncias de governo envolvidas em experiências semelhantes.

Nossa intenção é que os processos experienciados no CTMA não se restrinjam tão somente às pessoas que diretamente os protagonizaram, mas que auxiliem aqueles e aquelas que também se põem em movimento no sentido de, partindo de um ponto de vista, mirá-lo de ângulos diferentes. Ensejando, assim, que esses múltiplos olhares permitam uma ampliação da visão e uma transformação de práticas e contextos que possam potencializar o acesso e o exercício de direitos relativos à *Educação e Saúde do Campo*.

FIOCRUZ

A Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz é uma instituição pública, de ensino e pesquisa, centenária, vinculada ao Ministério da Saúde do Brasil, com atuação nacional e internacional, cuja missão é produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do SUS e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais. Saiba mais no site www.fiocruz.br

QUANDO INICIOU O CURSO, EU AINDA ERA MEIO PERDIDO, COM DIFICULDADES DE ME ACOSTUMAR COM AS DISCIPLINAS — E ERA UM POUCO DESCUIDADO NAS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE BASE. TERMINOU A PRIMEIRA ETAPA, COMECEI A REFLETIR SOBRE MINHA VIDA ENQUANTO CTMA, E VI QUE SÓ A REFLEXÃO NÃO ERA NECESSÁRIO, TINHA QUE PARTIR PRA AÇÃO PRÁTICA: CAÍ EM CIMA DOS ESTUDOS. HOJE MOSTRO COMPROMETIMENTO TOTAL, REALIZEI TODAS AS ATIVIDADES A MIM DELEGADAS, SEMPRE DANDO O MÁXIMO DE MIM E MOSTRANDO SEMPRE QUE SOU CAPAZ. ANTES DE ENTRAR NESTE CURSO, EU TINHA UMA VISÃO TOTALMENTE DIFERENTE — E HOJE EU TENHO A VISÃO DE QUE SAÚDE NÃO É SÓ VOCÊ USUFRUIR DE GENÉRICOS E ESTAR EM HOSPITAIS, MAS SIM CUIDAR DO AMBIENTE EM QUE VOCÊ VIVE, CUIDAR DO SEU CORPO E ESTAR SE APROPRIANDO AINDA MAIS DOS REMÉDIOS QUE A NATUREZA OFERECE. ESTE CURSO ME PREPAROU PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL. (...) SER TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE É UMA EXPERIÊNCIA NOVA E MUITO IMPORTANTE PARA COMBATER A BARBÁRIE, AS MAZELAS QUE O SISTEMA CAPITALISTA E A MÍDIA BURGUESA VÊM IMPONDO DIANTE DA NOSSA CLASSE TRABALHADORA, QUERENDO SEMPRE MOSTRAR QUE A REFORMA AGRÁRIA NÃO É NECESSÁRIA, PASSANDO POR CIMA DAS NOSSAS BELEZAS NATURAIS QUE O MEIO AMBIENTE NOS PROPICIA. EU NÃO ESTOU NESTE CURSO POR ACASO: ESTOU AQUI PRA CUMPRIR UM OBJETIVO. (...) SOU TOTALMENTE OUTRA PESSOA: ME TRANSFORMEI EM UM TÉCNICO MILITANTE DA REFORMA AGRÁRIA. E TENHO AMOR A ESTA CAUSA. QUERO DIZER QUE TODO PROCESSO CONSTRUÍDO NO CTMA CONTRIBUIU MUITO PARA MEU CRESCIMENTO ENQUANTO TÉCNICO MILITANTE, CONTRIBUIU MUITO PARA SER O QUE EU SOU HOJE E O QUE EU VOU SER NO FUTURO, DIANTE DO COMPROMISSO QUE TENHO COM A CLASSE TRABALHADORA.

SAMUEL BERNARDO DE LIMA — ASSENTAMENTO 25 DE MAIO, MADALENA, CE.
TRECHOS DA “CARTA DA MINHA EXPERIÊNCIA DO CURSO” FINAL DO CTMA, 2013.

ENTREI [NO CURSO] COM UMA VISÃO DE UM MODELO IDEOLÓGICO, PODEMOS DIZER ASSIM, IMPLANTADO PELO CAPITAL E O AGRONEGÓCIO E AGORA O CURSO NOS PROPORCIONOU TER OUTRA VISÃO ANULANDO A ANTIGA — E ISSO, CLARO, MUDA A HISTÓRIA DE VIDA DAS PESSOAS. (...) O CURSO ME DESPERTOU GRANDE INTERESSE NA QUESTÃO DO CONHECIMENTO COM UM OLHAR VOLTADO À PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E INTEGRADO À SAÚDE, QUE AO REALIZAR O CURSO PERCEBI QUE UM DEPENDE DO OUTRO. (...) TAMBÉM ME APROFUNDEI NO CONHECIMENTO DA PROPOSTA DO MST E ME INTERESSEI DE ADENTRAR MAIS A FUNDO. VIVENCIANDO A REALIDADE DO MOVIMENTO NO DIA A DIA DE HOJE, PERCEBI AS DIFICULDADES E QUANTOS INIMIGOS TEMOS PARA ENFRENTAR DURANTE NOSSA CAMINHADA ENQUANTO MILITANTE. MAS UMA DAS ARMAS DE ENFRENTAMENTO E COMBATE É O CTMA COM ÊNFASE EM SAÚDE. MEU GRANDE INTERESSE QUE DESPERTOU PARA REALIZAR O CURSO SE TRATA DA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. COMO VENHO DE UMA FAMÍLIA QUE, POR TRADIÇÃO, SEMPRE PRODUZIU NO MODELO DO AGRONEGÓCIO, EU QUERO MUDAR ESTA REALIDADE. ALGUNS INTEGRANTES DA MINHA FAMÍLIA JÁ VÊM APRESENTANDO PROBLEMAS DE SAÚDE DECORRENTE DESSE SISTEMA QUE ALIENA E PREJUDICA. POR ESSE MOTIVO QUERO QUE ESSE MODELO DE PRODUÇÃO TENHA UM FIM E ENTRE UM NOVO, QUE NA MINHA VISÃO É O DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA. TUDO O QUE ESTUDAMOS E VIVENCIAMOS NOS FORMOU ENQUANTO SUJEITOS TÉCNICOS E POLÍTICOS, PORÉM NÓS COMO TÉCNICOS EM MEIO AMBIENTE E PESSOAS VAMOS ESTAR SEMPRE EM CONSTANTE FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO. DEFENDO A PROPOSTA QUE O MST TEM DE FORTALECER E FORMAR MILITANTES EM NOSSAS BASES E BRIGADAS PARA MOBILIZAR MAIS PESSOAS E ADQUIRIR NOSSOS DIREITOS. DE UMA TRANSFORMAÇÃO DA VISÃO DE ANTIGAMENTE PARA HOJE, SER TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE É TER O DEVER DE BUSCAR E REALIZAR PRÁTICAS VOLTADAS AOS INTERESSES E NECESSIDADES DO NOSSO POVO MENOS FAVORECIDO. E ATUAR NÃO SÓ NA PRESERVAÇÃO DO MEIO, MAS, SIM, DO AMBIENTE COMO UM TODO. SÓ ASSIM VAMOS COMEÇAR A MUDAR A REALIDADE DE NOSSAS COMUNIDADES E ASSENTAMENTOS. O CURSO SERVIU PARA CAPACITARNOS E CONSCIENTIZARMOS A BUSCAR SOLUÇÕES JUNTO A NOSSAS COMUNIDADES.

ANDRES LUIS KONZEN — ASSENTAMENTO MARCOS FREIRE, RIO BONITO DO IGUAÇU, PR. TRECHOS DE “CARTAS DA MINHA EXPERIÊNCIA DO CURSO”, 2013.



preparação

GESTÃO COMO VERBO

Foram necessários muitos esforços para a construção do CTMA. Ao elaborar um fascículo sobre *Gestão*, no entanto, nosso cuidado é o de não abordar essa dimensão como se fosse um elemento à parte ou desconectado das demais.

Nesse sentido, importa dizer que tal como no âmbito da *arte* onde *forma é conteúdo*, no que diz respeito ao CTMA todos os aspectos pensados, elaborados, executados concorreram solidariamente para a construção de uma experiência em que o *trabalho*, enquanto categoria fundante das relações humanas e sociais (tanto no que

diz respeito à emancipação quanto à opressão), seja considerado como uma totalidade em todas as suas expressões — desde a mais simples à mais complexa tarefa.

Por isso, desde a preparação, a escolha por um tipo de gestão que incorpora elementos do *Método Pedagógico do MST* e buscou se desenvolver de forma horizontal, coletiva, participativa em todos os seus âmbitos. Isso foi determinante para todo o processo — desde a sua concepção, passando pela decisão de que sua realização se daria a partir da inserção nos territórios, e chegando à cooperação técnica necessária para que a experiência pudesse ganhar vida e movimento.

Se você leu as *raízes* do CTMA, das quais tratamos no Fascículo 1, há de perceber que a reivindicação do MST para a EPSJV da construção de duas turmas de um curso de saúde ambiental, uma no Ceará e outra no Paraná, se deu em 2010, enquanto que a primeira etapa do CTMA só aconteceu em setembro de 2012 no Ceará e em outubro do mesmo ano no Paraná.

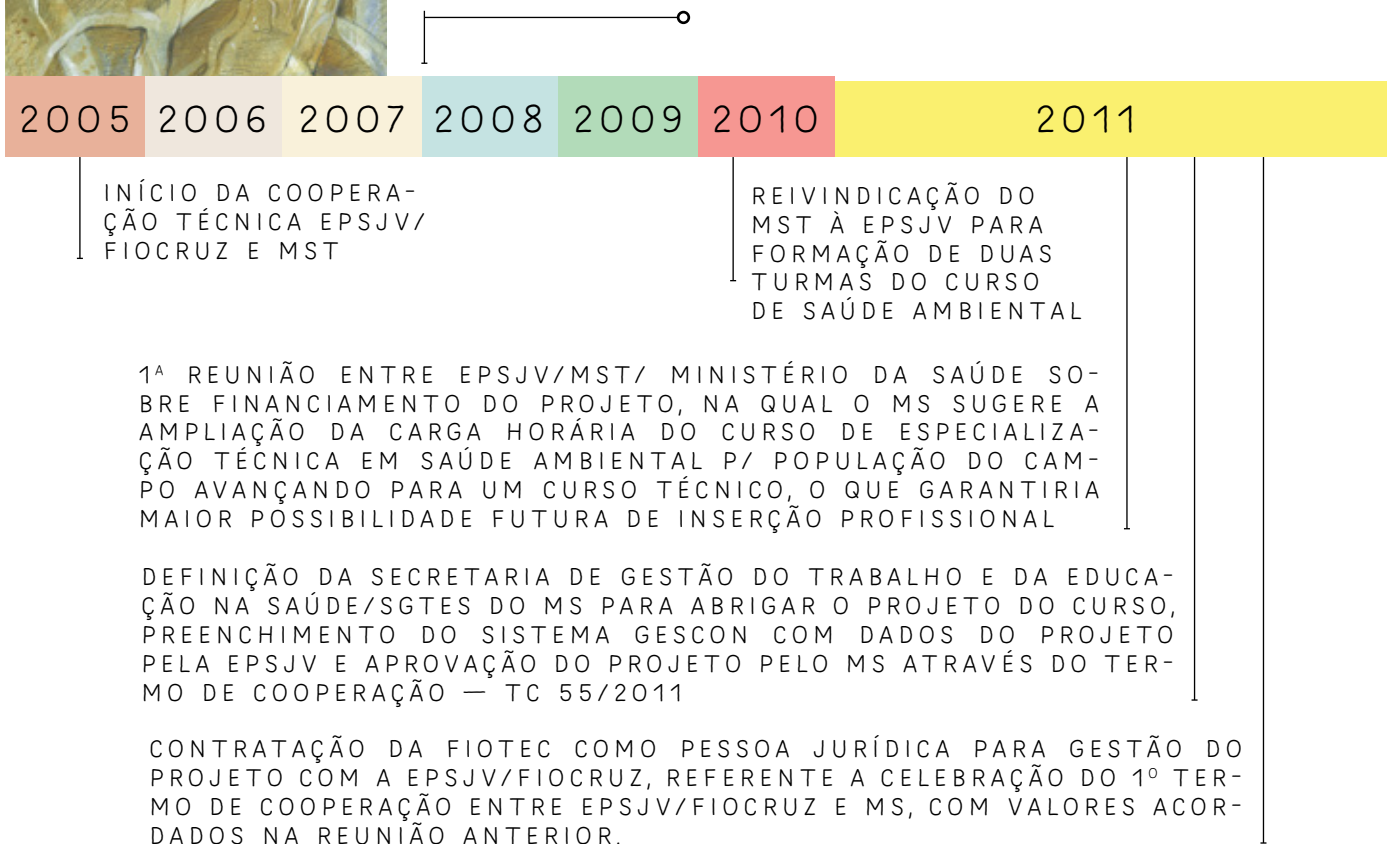
O que aconteceu nesse meio tempo? Que negociações foram necessárias? Que articulações foram feitas? Que movimentação foi posta em curso ao longo desses cerca de dois anos para que o CTMA pudesse ser, mais que uma ideia, um sonho ou um desejo, uma realidade?



LINHA DO TEMPO

O PRÉ-CURSO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA EM SAÚDE AMBIENTAL P/ POPULAÇÃO DO CAMPO REALIZADO EM PARCERIA EPSJV/FIOCRUZ E MST.



É disso que nós vamos tratar agora. E como uma caixa dentro de outra caixa, trazemos agora os elementos que alimentaram a *árvore da vida do CTMA*. Neles vamos identificar os muitos acontecimentos que sucederam para que pudéssemos estar aqui, compartilhando esta experiência.

Como estamos a falar de um processo vivo, alguns dos elementos que apareceram na *árvore da vida do CTMA* como raiz agora se encontram aqui como alimento dessa própria árvore, no sentido de que os fatos e contextos se relacionam de diferentes formas em diferentes momentos. Não que isso signifique uma relatividade absoluta, mas alerta-nos para os correntes ciclos por que passam os processos, dentre os quais este mesmo que estamos a comunicar.

REALIZAÇÃO DE 10 OFICINAS DE PREPARAÇÃO DO CTMA (5 NO CE, 4 NO PR E 1 NO RJ) JUNTO COM MST, NÚCLEO TRAMAS/UFC, CEAGRO, UFFS/PR E PARCEIROS NOS DOIS ESTADOS

ARTICULAÇÕES INTERNAS NA EPSJV/FIOCRUZ: DEFINIÇÃO DE EQUIPE DE GESTÃO E PROCESSO DE TRABALHO — PROJETO CTMA

ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL PARA AGENDAMENTO DAS OFICINAS DE PACTUAÇÃO DO CURSO E CONSTRUÇÃO CURRICULAR NO CEARÁ E NO PARANÁ

2012



CONTRATAÇÃO DA FIOTEC PARA GESTÃO DO PROJETO CTMA COM A EPSJV/FIOCRUZ, REFERENTE AO 2º TERMO DE COOPERAÇÃO COM O MS

REFORÇO DA EQUIPE DE TRABALHO, COM CONTRAÇÃO DE ALGUNS PROFISSIONAIS FORMANDO EQUIPES LOCAIS (CE E PR)

REUNIÃO COM MS PARA REPACTUAÇÃO DO PROJETO CTMA, GERANDO UM 2º TERMO DE COOPERAÇÃO — TC 110/2012

RELATÓRIOS DE GESTÃO JUNTO À FIOTEC E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE

DEFINIÇÃO DE ORÇAMENTO E ESCOPO DO CTMA

OS CAMINHOS PERCORRIDOS

Dentro dos elementos que estão a alimentar a *árvore da vida do CTMA*, há fatos que tanto antecedem quanto sucedem o início do Curso, como se pode ver pelo diagrama anterior e pelo que agora vamos expor.

“Queremos ser produtores de alimentos, de cultura e conhecimentos. E mais do que isso: queremos ser construtores de um país socialmente justo, democrático, com igualdade e em harmonia com a natureza. (...) Um sonho para nós, um pesadelo para os inimigos da Reforma Agrária”. (retirado de MST – Lutas e Conquistas, 2010, p.7)

COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE EPSJV E MST

Em 2015 a Cooperação Técnica entre a EPSJV e o MST completou 10 anos. Nesse período foram desenvolvidas muitas ações (ver raízes no Fascículo 1), desde cursos, encontros e publicações, o que proporcionou qualificar, em nível nacional, a Educação Profissional em Saúde do Campo.

JORNADAS DE LUTA

Em memória ao Massacre de Eldorado dos Carajás, que aconteceu no dia 17 de abril de 1996 no Pará, o MST coordena as Jornadas de Luta por Reforma Agrária em todo o Brasil. As Jornadas, também conhecidas como Abril Vermelho, compreendem um conjunto de atos, protestos, marchas, mobilizações e ocupações de terras improdutivas e órgãos públicos pelo Movimento.

Nesse sentido, não é demais lembrar, como já dissemos no Fascículo 1, que o CTMA, enquanto processo, faz parte de uma luta pela *Saúde do Campo* que vem e passa pelos seguintes processos:

- » 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986;
- » Criação do *Grupo da Terra*, em 2004;
- » **Cooperação Técnica entre a EPSJV e o MST** a partir de 2005;
- » *Curso de Especialização Técnica em Saúde Ambiental para População do Campo* em 2008/2009;
- » reivindicação do MST à EPSJV por duas turmas no Ceará e no Paraná, em 2010;
- » e culmina com as **Jornadas de Luta** por Reforma Agrária em abril de 2011.

Nessas Jornadas, havia entre as reivindicações do Movimento o tema da *Saúde do Campo* enquanto um direito à formação de trabalhadores/as do campo para atuação nos *territórios*, do ponto de vista do que estamos a compartilhar.

Chegar até aqui, então, já é uma grande história — a envolver os movimentos sociais, instâncias de governo, entidades e instituições, pessoas. Contudo, é necessário avançar mais para compreender o processo de construção do CTMA nas suas singularidades.

Num primeiro momento dessa negociação temos, de um lado, o MST e sua pauta de luta por Reforma Agrária; do outro, a aprovação pelo Ministério da Saúde da continuidade da formação em *Saúde do Campo* — que até então se fizera a partir da Cooperação Técnica entre EPSJV/Fiocruz e MST.

Quando o Ministério da Saúde aporta recursos para um projeto, este deve ficar aos cuidados de alguma de suas secretarias. No caso do financiamento aqui em discussão, ficou a cargo da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, a SGTES. Isso significa que todo o acompanhamento a ser feito ao projeto é a partir de gestores/as e técnicos/as ligados/as a essa Secretaria — que, por sua vez, se desdobra em departamentos e setores —, mesmo que eventualmente outras secretarias, departamentos ou setores do Ministério também possam se envolver.

Assim, na primeira reunião para discutir, em julho de 2011, o financiamento ao projeto que dava seguimento à formação para atuação na *Saúde do Campo*, a Coordenação da Educação Técnica da SGTES fez uma *provocação* importante, que mudou o que até então vinha sendo desenhado como proposta.

⌘ *Por que não ampliar de 730 horas de um Curso de Especialização Técnica e avançar para oferecer um Curso Técnico, cuja certificação é reconhecida nacionalmente e que poderá assegurar futuramente a inserção dos/as profissionais formados/as no SUS?*

A preocupação com o futuro dos/as egressos/as já estava presente no diálogo entre a EPSJV/Fiocruz e o MST.

É importante dizer que o aumento da carga horária em 230 horas para formar um/a Técnico/a em Meio Ambiente (800 horas + 20% de estágio), tendo em conta a proposta até ali pensada, era um grande desafio — mas era uma possibilidade mais ao alcance dos recursos projetados (que depois desse primeiro momento se viu não serem suficientes) e dos objetivos traçados do que avançar para outras formações, que significariam mais carga horária e mais recursos financeiros.

⌘ *Como, porém, ajustar uma proposta pensada em 730 horas para 960 horas — e passar de um curso de especialização técnica para um Curso Técnico em Meio Ambiente?*

⌘ *Como compartilhar todas essas decisões de forma coletiva e horizontal com parceiros espalhados ao longo do país, salvaguardando o que até ali já havia sido estabelecido como base ou princípios desse processo de formação?*

⌘ *Como resolver a questão do financiamento, até ali aprovado com base na carga horária inicial?*

Vamos, então, a cada uma dessas questões por vez.

SGTES

É a secretaria responsável, no Ministério da Saúde, pela condução da formação de trabalhadores/as em saúde. Essa Secretaria tem uma instância que cuida da formação chamada Departamento de Gestão da Educação na Saúde/DEGES. Nesse Departamento há uma área específica para a Educação Técnica, ou seja, para a formação de trabalhadores de nível fundamental e médio para o fortalecimento do SUS.

PREOCUPAÇÃO COM O FUTURO

Ao final do Especialização Técnica em Saúde Ambiental das Populações do Campo, três egressos/as do Curso relataram à EPSJV a dificuldade de reconhecimento de seus certificados quando da tentativa de ingresso em iniciativas públicas, tais como seleção para Territórios da Cidadania, para Agente Comunitário de Saúde e para Equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural/ATER.

POR QUE NÃO UM CURSO TÉCNICO DE AGENTE COMUNITÁRIO OU DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE?

Porque ambos têm carga horária mínima de 1.200 horas. Além disso, esses dois cursos técnicos mais clássicos da área de saúde que trabalham com a dimensão do território têm uma proposta curricular mais distante daquela que se desejava para o CTMA, ou seja, estão mais voltados para trabalhadores/as do SUS e a organização dos serviços de saúde. Por fim, guardam, também, pelas características acima, uma visão institucionalizada de saúde, a partir da política social que tem dificuldades de incorporar uma dimensão de território a partir do território.

“A democratização do conhecimento é considerada tão importante quanto a Reforma Agrária no processo de consolidação da democracia. Além dos acampamentos à beira de estradas, das ocupações de terra e de marchas contra o latifúndio, o MST luta desde 1984 pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para as crianças, jovens e adultos de acampamentos e assentamentos. A educação acontece de maneira permanente, em um movimento continuado de formação das pessoas. Escolarizar é incentivar a pensar com a própria cabeça, é desafiar a interpretar a realidade, elevando o nível cultural. É criar condições para que cada cidadão e cidadã construam, a partir dos seus pontos de vista, seus destinos.” (retirado de MST – Lutas e Conquistas, 2010, p.23)

BASES DA PROPOSTA CURRICULAR

Você já ouviu falar no *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos/CNCT* do Ministério da Educação/MEC?

Pois bem, como podemos ver pela informação ao lado, é o CNCT quem regulamenta os cursos técnicos em todo o país.

Nesse sentido, toda a proposta de base a ser construída quer para aprovação junto ao órgão de educação responsável, quer para complementação e aprimoramento com parceiros, quer para apreciação internamente na EPSJV/FIOCRUZ (que neste caso é a instituição que certifica o Curso), tinha (como ainda tem) de seguir as orientações curriculares presentes no Catálogo do MEC.

E o que isso, na prática, significava? Planejar 800 horas/aula mais 20% de estágio, que no total contabilizam as 960 horas.

Quem trabalha com educação bem sabe: não é simples planejar toda essa carga horária! Demanda experiência, demanda a existência de referenciais que permitam não uma “receita” mas *possíveis* a partir dos quais se possa engendrar o novo com base em caminhos já trilhados — e sobretudo exige uma boa base teórica sobre a qual se apoiar.

CNCT

O catálogo é uma importante referência para a oferta dos cursos técnicos de nível médio nos diferentes sistemas de ensino Federal, Estadual/Distrital e Municipal do país. A adoção da nomenclatura, a carga horária e o perfil descritivo apresentados no CNCT possibilitam à instituição de ensino qualificar a oferta de seus cursos e ao estudante uma maior aceitação no mercado de trabalho”. Em outras palavras, é este Catálogo do MEC que define as regras para a oferta de cursos consolidados na educação técnica, assim como regula a oferta daqueles experimentais. Saiba mais no site <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>

Levando isso em consideração, a Coordenação do Projeto, no bojo das articulações intrainstitucionais na EPSJV, foi buscar esse referencial no CTMA junto às comunidades de Manguinhos e Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro — na época também em construção —, na modalidade de *Educação de Jovens e Adultos/EJA*.

Daí, mediante os aportes de uma pesquisadora do LAVSA com grande *expertise* na área de construção curricular em Vigilância em Saúde e responsável pelo CTMA supracitado — além da experiência recém-finalizada da *Especialização Técnica em Saúde Ambiental para as Populações do Campo*, a partir da qual se pensou em mais essa etapa de formação junto ao MST —, pôde-se chegar a uma primeira proposta — que foi depois levada para as 10 oficinas de construção curricular com parceiros no Ceará e no Paraná. A partir desse processo é que foi formulado o *Plano de Curso* do CTMA submetido à aprovação da Câmara Técnica de Ensino da EPSJV.

Por enquanto, basta dizer que no *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos/CNCT* do MEC, à época (fevereiro de 2012), constavam as seguintes orientações para a formação de um Técnico em Meio Ambiente — e foi a partir delas que se desenhou a estrutura do que viria a ser o CTMA:

TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE — 800 horas + 20% estágio

Coleta, armazena e interpreta informações, dados e documentações ambientais. Colabora na elaboração de laudos, relatórios e estudos ambientais. Auxilia na elaboração, acompanhamento e execução de sistemas de gestão ambiental. Atua na organização de programas de educação ambiental, de conservação e preservação de recursos naturais, de redução, reuso e reciclagem. Identifica as intervenções ambientais, analisa suas conseqüências e operacionaliza a execução de ações para preservação, conservação, otimização, minimização e remediação dos seus efeitos.

Possibilidades de temas a serem abordados	Possibilidade de atuação	Infraestrutura recomendada
Legislação e políticas ambientais. Gestão e educação ambiental. Ecossistemas. Impactos ambientais. Poluição ambiental. Desenvolvimento e tecnologias sustentáveis. Processos produtivos. Saúde coletiva.	Instituições públicas e privadas, além do terceiro setor. Estações de tratamento de resíduos. Unidades de conservação ambiental	Biblioteca com acervo específico e atualizado. Laboratório de educação ambiental. Laboratório de informática com programas específicos.

Assim, dois documentos foram referência estrutural para a construção curricular do CTMA: as orientações curriculares do CNCT e o texto da *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas/PNSIPCA*.

ARTICULAÇÕES INTRAINSTITUCIONAIS NA EPSJV

Ao longo do Curso Técnico em Meio Ambiente/CTMA, internamente à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/EPSJV, dialogou-se com os seguintes setores:

- » *direção da EPSJV: no trato da relação com o Ministério da Saúde e com as instâncias da Fiocruz fora da EPSJV;*
- » *vice-direção de ensino da EPSJV: apreciação e aprovação do Plano de Curso na Câmara Técnica de Ensino da EPSJV;*
- » *vice-direção de gestão da EPSJV: apoio na gestão do projeto, em especial na relação com a Fiotec;*
- » *secretaria escolar: matrícula e certificação;*
- » *comunicação, divulgação e eventos: acesso a livros e revistas, além da cobertura jornalística e da orientação técnica de quais as regras para o desenvolvimento de um site na Fiocruz;*
- » *setor de informática: orientação técnica no desenvolvimento da ferramenta virtual de apoio à Educação do Campo;*
- » *coordenação e pesquisadora do Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde/LAVSA: respectivamente nas diversas negociações que resultaram em contrapartida do Laboratório com força de trabalho/apoio na gestão do projeto/empréstimos de recursos e na orientação para o avanço da proposta de um curso de especialização para um curso técnico;*
- » *Laboratório de Formação Geral: com as professoras de língua portuguesa e depois com o professor de matemática para assessoria a educadores/as do CTMA.*

A CONSTRUÇÃO COLETIVA OU AS 10 OFICINAS PREPARATÓRIAS

É importante começar este tópico dizendo com que parceiros se dialogou no processo dessas oficinas — nove das quais foram realizadas no Ceará e no Paraná, e uma última no Rio de Janeiro. Isso porque apesar de haver uma proposta prévia — condição, inclusive, para aprovação do projeto junto ao Ministério da Saúde —, ela foi completamente revista, complementada, modificada, para se chegar ao currículo que de fato foi vivenciado no CTMA.

Lembramos, ainda, que ao

longo do desenvolvimento do Curso outros parceiros foram se incorporando, sendo esta primeira listagem referente às instâncias de governo, instituições, entidades e movimentos sociais que se somaram naquele momento.

Nessas nove oficinas (às quais se soma a oficina no Rio de Janeiro, para trabalho com educadores/as da área de leitura e escrita — o que conforma as dez oficinas de preparação do CTMA), a EPSJV, oficialmente responsável pelo Projeto do CTMA, compartilhou toda a construção

curricular de base discutida internamente com a pesquisadora do LAVSA (Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde), as negociações com o Ministério da Saúde e a provocação para transformação de duas turmas de um curso de especialização técnica em um Curso Técnico em Meio Ambiente — além de todas as problematizações que envolviam questões acadêmico-pedagógicas, administrativo-financeiras, político-institucionais e de infraestrutura.

AGENDA DE OFICINAS PREPARATÓRIAS EM 2012

Para que se tenha uma ideia aproximada, assim, do que significou todo esse processo em termos de movimentação, articulação, viagens, custos e recursos (humanos e materiais), que tal darmos uma olhada no calendário de oficinas de preparação do CTMA?

abril

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12

julho

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31	1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11

maio

D	S	T	Q	Q	S	S
29	30	1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31	1	2
3	4	5	6	7	8	9

agosto

D	S	T	Q	Q	S	S
29	30	1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31	1	2
3	4	5	6	7	8	9

março

D	S	T	Q	Q	S	S
26	27	28	29	30	31	1
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31
1	2	3	4	5	6	7

junho

D	S	T	Q	Q	S	S
27	28	29	30	31	1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
1	2	3	4	5	6	7

setembro

D	S	T	Q	Q	S	S
26	27	28	29	30	1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
1	2	3	4	5	6	7

QUEM ESTEVE NAS OFICINAS

CEARÁ

1. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/Fiocruz-PE
2. Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Fortaleza/CEREST
3. Escritório da Fiocruz-CE
4. Escola de Saúde Pública do Ceará/ESP-CE
5. Instituto Federal do Ceará/IFCE
6. Fundação Nacional de Saúde/FUNASA-CE
7. Ministério da Saúde
 - 7.1 Departamento de Atenção Básica
 - 7.2. Sec. de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
8. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST
 - 8.1. Brigada de Médicos
 - 8.2. Coletivo Nacional de Saúde
 - 8.3. Direção Estadual CE
 - 8.4. Setor de Gênero CE
 - 8.5. Setor de Produção CE
 - 8.6. Setor de Produção MG
 - 8.7. Setor de Saúde CE
 - 8.8. Setor de Saúde PE
9. Universidade de Brasília/UnB
10. Universidade Estadual do Ceará/UECE
 - 10.1. Centro de Educação/Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO)
11. Universidade Federal do Ceará/UFC
 - 11.1. Dep. de Engenharia Agrícola/Grupo de Pesquisa Hidrosedimentológica do Semiárido (Hidrosed)
 - 11.2. Dep. de Geografia
 - 11.3. Dep. de Saúde Comunitária/Núcleo Tramas
 - 11.4. Pró-Reitoria de Extensão Universitária

PARANÁ

1. Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia/CEAGRO
2. Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu/CONDETEC-PR
3. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST
 - 3.1. Coletivo Nacional de Saúde
 - 3.2 Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak
 - 3.3 Direção Estadual PR
 - 3.4. Escola Milton Santos
 - 3.5 Setor de Cultura PR
 - 3.6. Setor de Produção PR
 - 3.7. Setor de Saúde e Gênero PR
4. Movimento dos Pequenos Agricultores/MPA
5. UFC/Núcleo Tramas
6. Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO – campus Guarapuava
7. Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS – campus Laranjeiras do Sul
8. Universidade Federal do Paraná/UFPR
9. Universidade de Mondragon (País Basco)

Quando se concluiu esse processo das oficinas, havia de fato um novo *Plano de Curso* – mas também um outro orçamento, bem maior do que aquele aprovado pelo Ministério da Saúde em julho de 2011. É disso, então, que agora vamos tratar.



"Em toda a nossa história, foram conquistadas 2.250 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo país (das quais 1.800 até a 4ª série, 400 até o Ensino Fundamental completo e apenas 50 para o Ensino Médio). Há 300 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais estudando, entre crianças e adolescentes Sem-Terra, dos quais 120 mil em escolas públicas. Mais de 350 mil integrantes do MST já se formaram em cursos de alfabetização, ensino fundamental, médio, superior e cursos técnicos. Mais de 4 mil professores foram formados no movimento e em torno de 10 mil professores atuam nas escolas em acampamentos e assentamentos. Mais de 100 mil Sem-Terra foram alfabetizados, entre crianças, jovens e

adultos. Por ano, há aproximadamente 28 mil educandos e 2 mil professores envolvidos em processos de alfabetização. Por meio de parcerias com universidades públicas, trabalhadores e trabalhadoras rurais do MST estudam em 50 instituições de ensino. Há aproximadamente 100 turmas de cursos formais e mais de 5 mil educandos nessas instituições. São cursos técnicos de nível médio (como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Magistério e Agroecologia), cursos superiores e especializações (como Pedagogia, Letras, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrárias, Agronomia, Veterinária, Direito, Geografia, História)."

(Retirado de MST – Lutas e Conquistas, 2010, p.23-24, no link: <http://e.eita.org.br/lutaseconquistas>)

DESAFIOS INTERINSTITUCIONAIS DA GESTÃO E DO FINANCIAMENTO

No que diz respeito ao CTMA, alguns dos grandes aprendizados de todo esse processo de construção se deram no âmbito da gestão. Sim, porque neste aspecto (lembrando aquilo das *luzes* e das *sombras*) estão imbricados outros que sem um domínio mínimo de conhecimentos acerca das *institucionalidades* envolvidas, e de suas *temporalidades*, colocar-se-ia em risco todo o esforço empreendido para dar forma e conteúdo ao objetivo em questão.

Concernente a isso, é importante trazer que algumas das atividades que cabiam à gestão do Projeto foram definidas desde o início — como a relação com Ministério da Saúde (órgão financiador) e a **Fiotec**, vinculada à Fiocruz, com a qual se celebrou um contrato para execução do projeto. Outras decisões foram sendo definidas no desenvolvimento do próprio processo.

Nesse sentido, não é demais compartilhar que boa parte da Gestão do Projeto do CTMA se concentrou na equipe da EPSJV, que assumiu a responsabilidade formal junto aos demais órgãos, sobretudo junto ao Ministério da Saúde, à Fiotec e à própria Fiocruz.

Essa equipe, ressalte-se, não dispunha de muito pessoal — para falar mais precisamente, havia dois profissionais da EPSJV, um dos quais liberado para a função de coordenador do Projeto, além de uma terceira profissional contratada pelo próprio *Projeto* e um bolsista de iniciação científica que assumira tarefas mais pontuais. E não é demais também dizer que várias das decisões pedagógicas, tomadas a partir da realização das *oficinas de preparação* do CTMA das quais já tratamos, tiveram por consequência impactos na gestão — seja em aumento do volume de tarefas, seja com novas tarefas (e o tempo de descobrir como desenvolvê-las) ou com novas articulações.

Dito isso, vem-nos a questão: *O que se pôde aprender dessa negociação para financiamento e gestão de um projeto de formação em Saúde do Campo junto ao Ministério da Saúde?*

É importante que se diga que para a viabilização do CTMA, dois Termos de Cooperação/TCs foram necessários. O primeiro, TC 55/2011, liberava um recurso que, ao longo da formatação

FIOTEC

A Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi criada em 1998 com outra denominação e só a partir de 2000, a partir do Congresso Interno da Fiocruz, passou a ter a atual natureza jurídica, cuja missão “é prestar serviços de apoio logístico, administrativo e gestão financeira aos projetos desenvolvidos pela Fiocruz, nos campos da ciência, tecnologia e inovação, em diversas categorias: ensino e pesquisa, produção de bens e insumos para a saúde, serviços de referência em saúde, informação em saúde, desenvolvimento institucional e promoção de eventos técnico-científicos; e como Organização Social (OS) em projetos que abrangem atendimento básico e promoção à saúde, aprendizagem e gestão hospitalar, em parcerias da Fiocruz com órgãos de Governo.” Saiba mais no site: www.fiotec.fiocruz.br

do *Plano de Curso* (nas 10 oficinas no CE, PR e RJ), se viu não ser absolutamente compatível com as despesas para realização de um curso coerente com os pressupostos da **Educação do Campo** — tendo em conta que, dentre as decisões tomadas por todos os sujeitos envolvidos, estava a de que a formação se realizaria nos territórios de Reforma Agrária.

Essa decisão, então, mudou completamente o contexto de elaboração do segundo Termo de Cooperação, TC 110/2012, que foi aprovado um pouco antes do próprio Curso começar. Cada um desses TCs implica:

- » Preenchimento do Sistema de Gestão Financeira e de Convênios, atrelado ao Fundo Nacional de Saúde, e a partir do qual se gerenciam desde 1999 os projetos e convênios ligados ao FNS; esse preenchimento se faz de forma detalhada e exige, além dos dados do projeto, uma série de certidões da entidade/instituição proponente, sem as quais não é possível cadastrar o projeto;
- » Elaboração de um projeto, que passa pela aprovação de pareceristas do Ministério da Saúde;
- » Aprovação do orçamento pelo Ministério da Saúde e publicação no Diário Oficial;
- » Liberação dos recursos a partir do Termo de Cooperação/TC firmado entre o Ministério da Saúde e a Fiocruz.
- » Elaboração de contrato de gestão junto à Direção da EPSJV que passa por avaliação da Procuradoria da Fiocruz e da Fiotec.
- » Gestão dos recursos, com relatórios e auditorias concernentes segundo os prazos estabelecidos para duração do Projeto (junto ao MS) e do contrato de gestão (junto à Fiotec).

No caso do CTMA, para a realização das duas turmas — uma no Ceará e outra no Paraná, com sujeitos distintos de regiões geograficamente distantes uma da outra — foi feito inicialmente um orçamento que chegou a quase três vezes mais quando do ajuste do *Plano de Curso*.

Isso teve suas implicações, pois quando da aprovação do TC 55/2011, uma série de informações não constavam do repertório da equipe que então gerenciava o Projeto — e esse aprendizado só se deu no próprio desenvolvimento do processo. Em outras palavras e contraditoriamente, fazia parte dos objetivos deste TC a realização das oficinas de construção curricular, sem as quais não era possível se aproximar do que seria realizado e, por consequência, dos recursos necessários.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

Fazer educação do campo no campo implica em muito mais recursos para deslocamentos/alimentação/alojamento, para uma série de despesas de toda ordem e para uma infraestrutura sem a qual não se chega a bom termo quanto à qualidade do processo educativo.

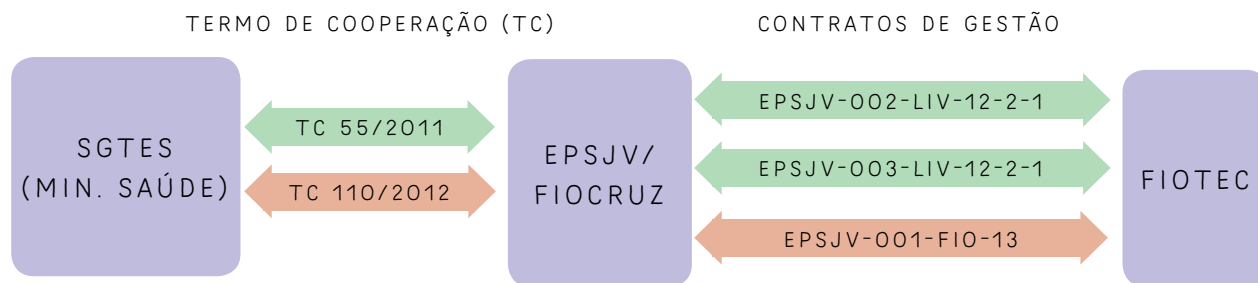
Dentre esses aprendizados, um de grande significado foi o de que a *aprovação do recurso não significa sua imediata liberação para execução*, se para isso só se puder contar com o que foi aprovado/contratado, porém não disponibilizado no tempo do que foi planejado.

Conforme depois constatado junto à Fiotec, o fluxo financeiro não é liberado tão logo seja assinado o Termo de Cooperação, pois exige uma série de procedimentos administrativos, jurídicos e burocráticos que vão desde a publicação no Diário Oficial da União até a avaliação do contrato pela Procuradoria da EPSJV e do setor jurídico da Fiotec, as duas instituições oficialmente envolvidas na gestão do Projeto. Mesmo com todo o trâmite percorrido, à aprovação do orçamento do projeto não corresponde a liberação do financeiro logo na sequência.

Um outro elemento importante é que, tendo o TC 55/2011 sido assinado em novembro, sua execução dever-se-ia dar no mesmo ano. Essa é uma das razões pelas quais a contratação da Fiotec, conquanto configurando uma **terceirização da gestão do Projeto**, se fez necessária — já que colocando todo o recurso na rubrica “Pessoa Jurídica”, essa contratação facilitava o empenho do recurso.

Os tempos, porém, entre aprovação dos TCs e as providências para que as demandas burocráticas fossem atendidas foram sempre muito curtos — o que significou, do ponto de vista prático, sobrecarga para a equipe de trabalho, que acumulou, durante todo o processo, as funções de gestão política, administrativo-financeira, acadêmico-pedagógica e de pessoal.

Nesse percurso, então, para que o projeto fosse viabilizado, *articulações intrainstitucionais* à EPSJV foram necessárias, de modo que não se perdesse o tempo da execução do Projeto pela **demora na liberação do recurso financeiro**. E para que se tenha ideia do fluxo de gestão do CTMA junto ao Ministério da Saúde e à Fiotec, vejamos o organograma a seguir:



TERCEIRIZAÇÃO DA GESTÃO DO PROJETO

A Fiotec, enquanto entidade privada, cobra uma taxa de 5% pela prestação de serviços. Além disso, há desconto de 2% de Imposto Sobre Serviços (ISS). Esse é um dado relevante, pois cada um dos TCs que viabilizaram o CTMA sofreu 7% de impacto direto no orçamento.

LIBERAÇÃO DO RECURSO

O que teria ocorrido caso se esperasse o tempo da liberação do recurso financeiro para iniciar o CTMA? Ter-se-ia perdido 6 meses do prazo de execução do projeto acordado com o Ministério da Saúde/MS, que era de 18 meses e começou a contar a partir da data da assinatura do TC 55/2011 (novembro de 2011) e não da liberação do financeiro (junho de 2012). Os recursos, na verdade, só foram liberados praticamente um mês antes de pactuado um novo TC (110/2012), que foi negociado com a finalidade de fazer frente a todas as despesas do CTMA. Além disso, e, talvez, o mais importante, as pactuações para o início do CTMA mobilizaram diversas agendas (educadores, educandos, as escolas onde o Curso seria realizado, etc), e se esse processo todo fosse desmobilizado por atrasos dificilmente seria retomado.

É importante ressaltar um aprendizado já quanto à gestão do TC 55/2011: a divisão do recurso igualmente para as duas turmas gerou mais trabalho, quer do ponto de vista dos relatórios, quer da própria administração financeira. A intenção de agir com equidade para com o trabalho no Ceará e no Paraná, neste caso, revelou-se um equívoco, que não foi cometido no TC 110/2012.

Para finalizar esse aspecto da negociação com o Ministério da Saúde — que, como se pode ver, envolve muitas outras dimensões, para além da questão financeira —, é importante pontuar que há *delicadezas* nesse processo todo que revelam, para a gestão do Projeto como um todo, alguns aprendizados que, se quisermos, podem se converter em *recados* tanto para quem se encontra nas instâncias de governo quanto para os próprios movimentos sociais e/ou entidades, que estão, quando de financiamentos públicos, no trato direto com essas mesmas instâncias.

O primeiro deles diz respeito ao fato de que para promover a *Educação e Saúde do Campo*

com vistas à Reforma Agrária é necessário investimento. Não qualquer investimento, não uma sobra de recurso, não um pequeno projeto: é necessário investimento de grande porte, tal como se faz, atualmente, no financiamento na política de educação profissional no campo através do Pronatec — onde se optou por fazer uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/Senar, ligado ao Sistema S (Senai, Senac, Sesc), vinculado à Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária/CNA, donde partem a defesa e a promoção do agronegócio.

A versão do texto da PNSIPCFA aprovada em 2008 no Conselho Nacional de Saúde reconhece a dívida histórica do Estado brasileiro com os povos *do campo*. A grande questão é: por que não instituir uma Política de Educação Técnica, com linha de financiamento contextualizada, que fortaleça a Rede de Escolas Técnicas do SUS em todo o território nacional para que possamos, de fato, avançar na implementação da PNSIPCFA?

Não se trata, portanto, de direcionar recursos do Pronatec para formações em *Saúde do Campo*. É bem mais do que isso. Trata-se de rever a prioridade da Política Pública de Educação Profissional em Saúde que atualmente se dá através de um Programa que claramente privilegia difundir a perspectiva de desenvolvimento do agronegócio. Os movimentos sociais do campo conquistaram, ainda em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) — e este Programa, que traz a perspectiva dos povos *do campo*, vem sofrendo com a precarização ao longo de anos. Além do fortalecimento do PRONERA, precisa-se, como dito acima, que se criem dispositivos que contribuam para o avanço da Educação Profissional em *Saúde do Campo* através do SUS.

O segundo aprendizado diz respeito ao fato de que, num percurso como foi o do CTMA, as *temporalidades* são bastante diferentes. O tempo do Ministério e suas instâncias é um, o tempo de responder a todas as providências por parte de quem

operacionaliza a gestão é outro, o tempo dos movimentos, entidades, pessoas, sujeitos envolvidos é ainda um terceiro. Nesse sentido é preciso muita *presença de espírito*, muita tranquilidade mesmo, para não se impressionar com os muitos choques ou sobreposição de agendas, com os “furos”, com os atrasos, com o que quer que, ao fim e ao cabo, se traduza como entrave ao processo como um todo.

O terceiro aprendizado concerne a que, para gerir recurso público, é necessária a formação de uma equipe mínima que possa, com conhecimento técnico sobre os mecanismos de funcionamento da máquina pública, dar conta de todos os aspectos envolvidos num desafio como este. Porque é intraduzível, nesta sistematização, tudo aquilo de que precisou se apropriar a equipe de gestão do Projeto do CTMA para que não se transformasse o feito que foi formar 55 Técnicos/as em Meio Ambiente em dezesseis meses numa experiência malograda.

Por fim, dizer que também intrainstitucionalmente à EPSJV e à Fiocruz, há aspectos a serem considerados numa outra experiência semelhante. A relação com a Fiotec teve seus senões, que envolvem aspectos que vão desde as taxas cobradas pelos serviços à própria forma como os serviços são prestados ou recontratados — aspectos esses que foram/são importantes para o crescimento dessa relação institucional, e que podem e devem ser incorporados para que a gestão dos recursos públicos seja cada vez mais transparente e possa fazer jus às suas finalidades.

PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) orienta a política de educação profissional no Brasil desde o final de 2011. O Programa teve expansão promovida prioritariamente através do Sistema S. Segundo dados do Senar, somente em 2013, recebeu, mais de R\$ 57 milhões, para ações de “apoio à formação profissional, científica e tecnológica”. Para saber mais leia a Revista POLI — saúde, educação e trabalho, da EPSJV, edição de maio-junho de 2014, disponível em www.epsjv.fiocruz.br

O CURSO ME PROPORCIONOU UMA OUTRA FORMA DE VER A VIDA, OLHANDO A VIDA NÃO SÓ DE FORMA ESPIRITUAL, MAS SIM COM TUDO AO NOSSO REDOR. O CURSO ME DEU OPORTUNIDADE DE CONHECER NOVOS AMIGOS E ME PROPORCIONOU UM RECONHECIMENTO AINDA MAIOR NA MINHA COMUNIDADE, AUMENTANDO O MEU ENGAJAMENTO NAS LUTAS DE CLASSE, JUNTAMENTE COM O MOVIMENTO QUE ME INDICOU. SE TIVESSE OUTRA TURMA QUE FOSSE INICIAR UM CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE E EU RECEBESSE A TAREFA DE MOBILIZAR A JUVENTUDE ONDE VIVEM FAMÍLIAS CAMPONESAS, EU TRARIA EM PRIMEIRO LUGAR A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO DIREITO NOSSO E DEVER DO ESTADO, E A IMPORTÂNCIA DO CURSO, POR DESENVOLVER UM TRABALHO VOLTADO PRINCIPALMENTE PARA O CAMPO, JUNTANDO OS SABERES POPULARES E ACADÊMICOS. ESSE CURSO É MUITO IMPORTANTE PARA FORMAR SUJEITOS QUE VENHAM A CONTRIBUIR NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO, VISANDO CAPACITAR MELHOR AS PESSOAS PARA FAZER O MANEJO DE ATIVIDADES QUE FORTALEÇAM A SAÚDE COLETIVA DA POPULAÇÃO CAMPONESA. O CTMA MUDOU UM POUCO A MINHA CONCEPÇÃO DE MEIO AMBIENTE, OLHANDO O MEIO AMBIENTE TAMBÉM COMO SAÚDE. ESSE CONTEXTO BEM AMPLO SOBRE O MEIO AMBIENTE É O QUE ME MOTIVA A ESTUDAR ESSE TEMA DE SAÚDE AMBIENTAL — E ESSA É UMA ÁREA QUE QUERO ENTENDER MELHOR AINDA, NA QUAL PRETENDO DESENVOLVER ATIVIDADES VOLTADAS PARA A SAÚDE AMBIENTAL. VEJO QUE O CURSO CONTRIBUIU MUITO NA MINHA FORMAÇÃO TÉCNICA E POLÍTICA, PROPORCIONANDO UMA MAIOR FACILIDADE DE ENTRAR EM ALGUNS DEBATES POLÍTICOS UTILIZANDO TERMOS TÉCNICOS E EM DEBATES TÉCNICOS UTILIZANDO CONHECIMENTOS POLÍTICOS — CONHECIMENTOS ESSES ADQUIRIDOS DURANTE O CURSO. SER UM TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE É MUITO IMPORTANTE PARA LUTAR CONTRA O SISTEMA CAPITALISTA QUE NOS ASSOLA A CADA DIA. UM TÉCNICO QUE TEM QUE CRIAR ALTERNATIVAS PARA CONTRIBUIR NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEU TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO, FORTALECENDO O VÍNCULO DAS PESSOAS NA LUTA DE CLASSE. POR ISSO, ALÉM DE SER TÉCNI-

COS, É IMPORTANTE QUE SEJAMOS MILITANTES, PARA CONTRIBUIR NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO, PRINCIPALMENTE OS CAMPO-NESES, QUE SÃO OS QUE MAIS SOFREM NO QUE DIZ RESPEITO À SAÚDE E À EDUCAÇÃO — QUE SÃO FORMAÇÃO ESSENCIAL PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA. ESSA FORMAÇÃO É MUITO IMPORTANTE PARA AS COMUNIDADES CAMPONESES, POIS O CURSO FOI VOLTADO PARA PESSOAS DO CAMPO, PARA ATUAR NO CAMPO. PERCEBEMOS UMA NECESSIDADE MUITO GRANDE DE TER MAIS PESSOAS FORMADAS NESSA ÁREA, PARA QUE POSSAMOS TER UM DEBATE MAIS PROFUNDO COM AS COMUNIDADES SOBRE O TEMA DA SAÚDE, TRAZENDO TAMBÉM A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA, JÁ QUE AOS POUCOS O CAMPO ESTÁ PERDENDO ESSA CULTURA. COM ISSO, TRABALHAR TAMBÉM O MANEJO SUSTENTÁVEL DO SANEAMENTO, POIS SÃO REALIDADES QUE DEVEM SER TRABALHADAS DENTRO DO CONTEXTO CAMPONÊS. POR ISSO É IMPORTANTE QUE TENHAMOS MAIS CURSOS COMO ESSE. **FRANCISCO DE SOUSA** — ASSENTAMENTO LISBOA, SÃO JOÃO DO PIAUÍ, PI. “CARTA DA MINHA EXPERIÊNCIA DO CURSO”, 2013.

APÓS MINHA INSERÇÃO, MINHA VISÃO DO MOVIMENTO (MST) MUDOU COMPLETAMENTE, TIVE OPORTUNIDADE DE CONHECER MAIS A FUNDO COMO SE DÁ SEU FUNCIONAMENTO E ENTÃO CONSEGUI COMPREENDÊ-LO. APÓS A PRIMEIRA ETAPA, NOS PERÍODOS DE TEMPO-COMUNIDADE, PASSEI A PARTICIPAR DE VÁRIAS REUNIÕES, ONDE ENTÃO FUI CONVOCADO A SER UM DOS REPRESENTANTES DO ASSENTAMENTO. NOS TEMPOS-COMUNIDADES, ESTIVE REALIZANDO ALGUMAS ATIVIDADES. JUNTAMENTE COM OS TÉCNICOS REALIZAMOS OFICINAS SOBRE PRODUÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA, FIZEMOS ALGUNS BIOFERTILIZANTES E CALDAS. AO ESTAR REALIZANDO ATIVIDADES DE PESQUISA NO ASSENTAMENTO, ALGUNS COLEGAS PERGUNTAVAM SOBRE O QUE SE TRATAVA, ENTÃO FIZ UMA BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE O QUESTIONÁRIO E O CURSO. ALGUNS FICARAM BEM INTERESSADOS E ATÉ ME PERGUNTARAM SE IRIA TER OUTRO CURSO COM ESTA FORMAÇÃO. **ROGÉRIO FRANCISCO TRENTO** — ASSENTAMENTO PUTINGA, CALMON, SC. TRECHOS DE “CARTAS DA MINHA EXPERIÊNCIA DO CURSO”, 2013.



GESTÃO COMO SUBSTANTIVO

É importante que nos detenhamos agora sobre aspectos da gestão acadêmico-pedagógica e de pessoal (equipe de trabalho) — o que, inevitavelmente, repercute nos outros aspectos da gestão.

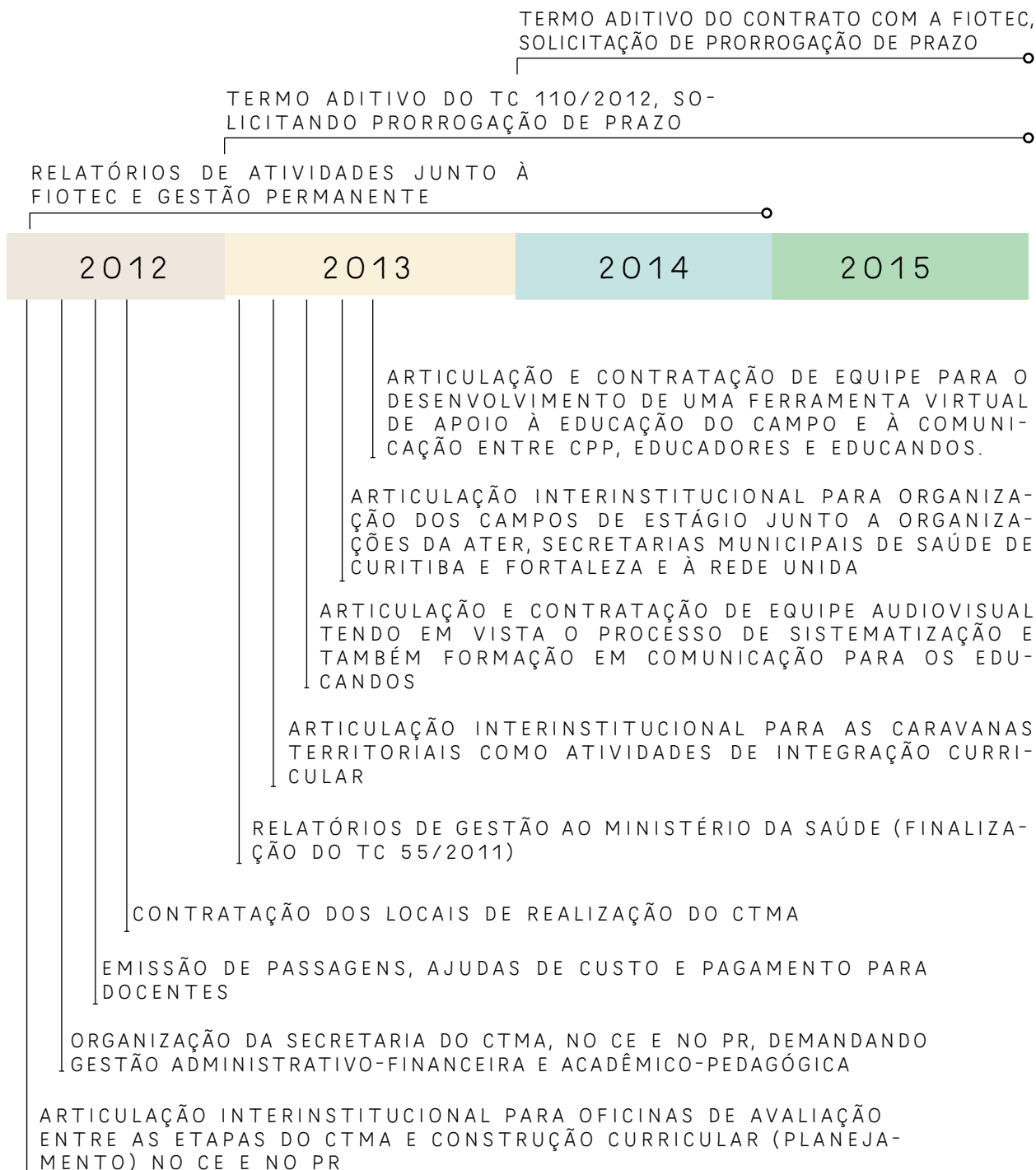
Com o avançar das (10) oficinas (de preparação), configurou-se efetivamente com quais instituições/organizações se assumiria o Curso conjuntamente à EPSJV e ao MST: o Núcleo Tramas/UFC no Ceará e o CEAGRO e a UFFS no Paraná.

Havia diferenças e envolvimento distintos, por suas próprias características, desses sujeitos coletivos, mas estava claro que era com essas instituições que se construiria o CTMA.

Nas oficinas também foram definidos os locais de realização do curso: o CEAGRO — Assentamento Ireno Alves —, no Paraná, e a Escola de Ensino Médio João dos Santos de Oliveira — Assentamento 25 de Maio — no Ceará. E com essas pactuações chegamos aos principais interlocutores do processo de gestão do CTMA.

LINHA DO TEMPO

O CURSO



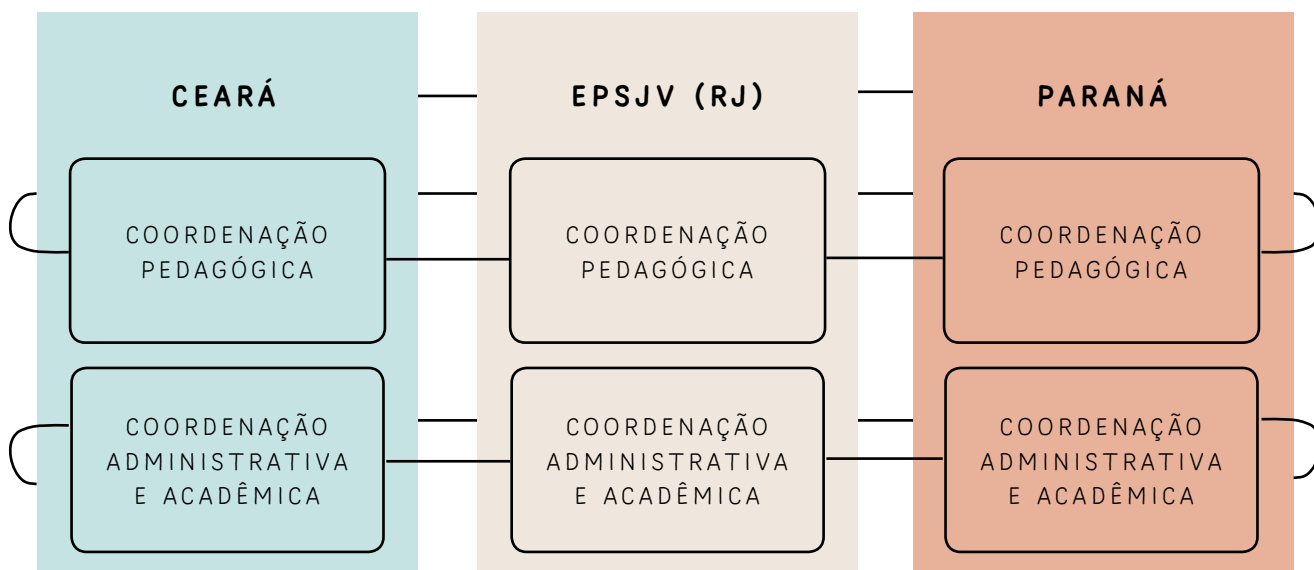
Uma das propostas que se levou para as oficinas de preparação foi a necessidade de compor equipes mínimas, ou seja, de haver pessoas contratadas pelo projeto para se dedicarem ao CTMA em ambos os estados onde o Curso seria realizado (CE e PR).

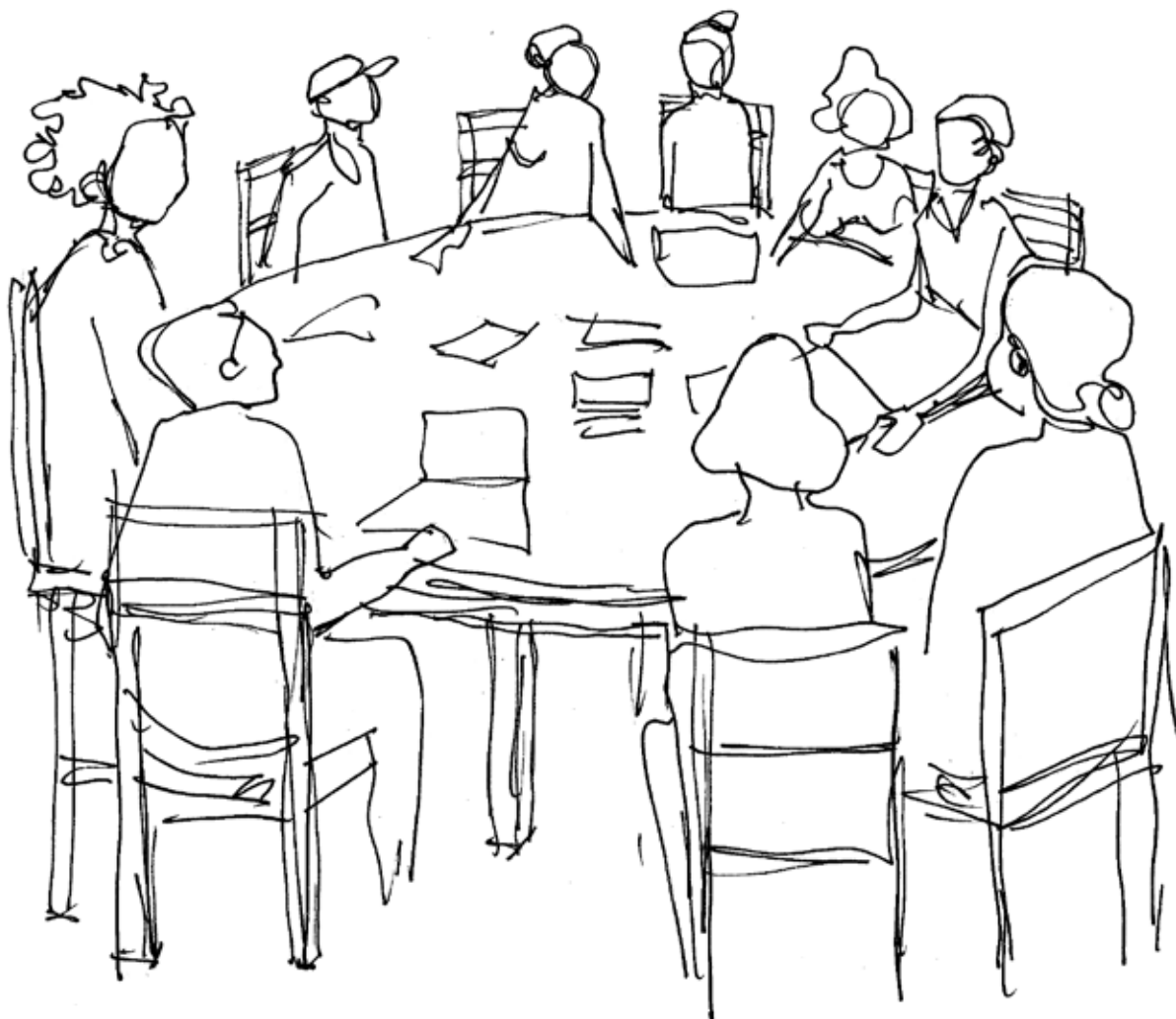
A proposta inicial que se apresentou em função da limitação de recursos foi a de ter uma pessoa contratada para a função de Coordenação Pedagógica e outra pessoa contratada para a Coordenação Administrativo-Acadêmica. Dessa forma, haveria pessoas de referência para tarefas indispensáveis da organização do Curso em ambos os estados.

O organograma abaixo demonstra a proposta de organização de trabalho.

Em reunião, então, se definiu atribuições, valor da bolsa (que foi a forma de remuneração encontrada) e perfil para cada um desses postos de trabalho do projeto:

- » **Coordenação Pedagógica:** ser sanitarista, com pós-graduação em Saúde Coletiva, experiência em *Saúde do Campo*, que conhecesse o debate de *Saúde do Campo* no Ceará ou no Paraná, que pudesse fazer as articulações com os/as educadores/as no CE ou no PR. Ter disponibilidade para ficar boa parte dos dias do *tempo-escola* presente onde o CTMA seria realizado.
- » **Coord. Administrativo-Acadêmica:** assumir a secretaria administrativa e acadêmica. Viabilizar uma série de encaminhamentos da Coordenação Político-Pedagógica/ CPP, organizar a secretaria do Curso, toda a prestação de contas do projeto (assinaturas de declarações de ajudas de custo de cada educador/a, orientar cada um/a deles/as para preencher uma ficha), organizar os relatos das reuniões, montar planilha de controle de gastos do projeto etc. Do ponto de vista acadêmico, orientar os/as educandos/as sobre suas matrículas, organizar os planos de aula e recolher todo o material dos/as educadores/as para que o preenchimento do diário de classe fosse possível na sequência, viabilizar declarações para os/as educadores/as, dentre outras. Disponibilidade de ficar o máximo possível de tempo no Curso durante o *tempo-escola*. Indicada pelo MST, tendo em vista que essa pessoa poderia contribuir em várias articulações.





Essas pessoas seriam referências locais do CTMA, no âmbito dos estados, e estariam em diálogo permanente com pessoas da gestão executiva da EPSJV dando encaminhamentos às deliberações do Curso tiradas em reuniões da Coordenação Político- Pedagógica, da qual fariam parte.

Pactuado o desenho, partiu-se para o encaminhamento prático. No cotidiano, contudo, esse desenho terminou ganhando outros contornos. Tanto por conta das características singulares a cada equipe nos estados quanto pelo fato de que o perfil estabelecido foi, relativamente a cada turma, preenchido de forma diferente.

No Ceará, por exemplo, havia um sanitarista e uma sanitarista com as características definidas. Ambos foram contratados, em princípio com a intenção de que pudessem assumir essa função nos dois estados — o que depois se revelou inexequível, tendo em vista a sobrecarga de trabalho existente.

Quanto ao Paraná, não havia nenhum sanitarista disponível com o perfil desejado e foi necessário rever a estratégia: incorporamos para a coordenação pedagógica uma pessoa com grande experiência de trabalho junto ao MST, moradora de um assentamento da Reforma Agrária e com formação acadêmica. Além disso, outros dois representantes

do Setor Saúde do MST-PR se incorporaram à CPP. Ambos vinham de ensino médio integrado ao *técnico em Agente de Saúde Comunitário*, coordenado pelo MST, e do curso de *Especialização Técnica em Políticas Públicas de Saúde* para as Populações do Campo oferecido pela EPSJV em cooperação ao MST, entre 2010 e 2011. Por fim, já no meio do curso, conseguimos incorporar na equipe uma sanitarista com larga experiência de trabalho junto ao Setor Saúde do MST.

Referente à Coordenação Administrativo-Pedagógica, que incluía o importante aspecto da Secretaria do Curso, houve questões tanto na indicação quanto na execução dessa tarefa — o que também sobrecarregou a Coordenação Político Pedagógica/ CPP e a coordenação geral do projeto realizada pela EPSJV. Aqui cabe, uma vez mais, a reflexão sobre as *temporalidades* dos sujeitos coletivos envolvidos nesse processo. Para o MST, que fez parte de forma orgânica da própria condução do processo, dar conta desse aspecto da institucionalidade referente à secretaria do CTMA, significou uma sobrecarga, tendo em vista a rotatividade dos militantes na equipe do Ceará; por outro lado, seu papel foi fundamental na indicação de caminhos para viabilizar atividades nos territórios — sem os quais as tomadas de decisão para execução do Curso no seu dia a dia se tornariam inviáveis.

Um aprendizado aqui talvez seja o de que, para uma experiência desse porte, se faz necessária a contratação de mais pessoas — inclusive do próprio Movimento. Não é também demais dizer que das pessoas que se dedicaram à CPP, várias o fizeram sem remuneração alguma — todas militantes do MST. Isso foi, inclusive, fruto de uma pactuação coletiva.

A rotatividade de representantes do MST na CPP do Ceará coloca, no entanto, a questão sobre a profissionalização de funções-chave,

considerando que a não atenção a esse aspecto pode impactar outras dimensões da experiência — e ter como consequência acúmulo de atividades administrativas pelos sujeitos envolvidos na gestão acadêmico-pedagógica, por exemplo.

Na equipe da EPSJV também houve rotatividade, o que causou estresse e sobrecarga para aqueles que nela permaneceram. Aqui se materializa a fragilidade de um projeto construído a partir da grande maioria de seus trabalhadores ter vínculo precário de trabalho: contratação por bolsas com baixa remuneração, sem direitos trabalhistas. A qualquer momento as pessoas podem sair e é legítimo que façam suas opções.

Quanto ao processo cotidiano de trabalho no CTMA, este se intensificava nos *tempos-escola* — e aqui uma outra dimensão da gestão da equipe. A intensa rotina levou a um cansaço físico-mental de tal ordem que situações de tensão entre a equipe se manifestaram em diferentes momentos, com um aprendizado importante: há *delicadezas* no fazer a gestão desses conflitos — mesmo porque a própria Coordenação do Projeto também se envolve em alguns deles.

Nesse sentido, uma reflexão sobre os desafios da *educação do campo* é o de que construir uma experiência coerente com o tamanho das demandas postas pela Reforma Agrária não é pouca coisa — mesmo que desenvolvida por um coletivo que assume uma proposta como a do CTMA na sua radicalidade.

Por fim, uma outra questão da gestão do trabalho em equipe foi a distância entre as pessoas. Fez falta o contato cotidiano, presencial, tendo em conta que à exceção dos *tempos-escola*, o trabalho se desenvolvia concomitantemente em estados diferentes. A comunicação foi um desafio permanente, a despeito da criação de estratégias (como grupo de estudo virtual) para superá-lo.

Concluindo este tópico, importa dizer que o processo de gestão das pessoas exigiu muita atenção e cuidado. Nesse sentido, a vivência do *Método Pedagógico do MST* também foi fundamental — ainda que, a seu modo, a rotina de *tempos* tão racionalmente demarcados tenha sido também responsável pela promoção da exaustão, quer na equipe de trabalho, quer no grupo de educandos/as. Na verdade, mergulhar profundamente

no CTMA a partir do *Método Pedagógico do MST* permitiu refletir o tempo todo sobre o projeto de sociedade que se estava construindo — e sobre valores importantes que se mantiveram no coletivo até o final. Nesse processo, se algumas vezes o individualismo se manifestou, a solidariedade também se fez presente — sendo determinante para que se pudesse, a despeito dos desgastes individuais e coletivos, seguir em frente.

Para que se tenha, então, uma ideia aproximada do que estamos a tratar quando falamos do processo de construção do CTMA no seu cotidiano, vejamos o esquema que traz o desenvolvimento do Curso vivido nos dois estados, Ceará e Paraná, no que diz respeito aos *tempos-escola*, oficinas de avaliação/ planejamento das etapas e estágios. Com a *provocação* de imaginar o que não significou essa agenda para quem teve que vivê-la simultaneamente no Nordeste e no Sul do país.

Por outro lado, as contribuições que as instituições parceiras trouxeram para a construção do Curso também tiveram importância singular no processo de formação que vivenciaram as turmas *Raízes da Terra/CE* e *Josué de Castro/PR*.

Nesse sentido, não se trata de hierarquizar e nem mesmo de cotejar as contribuições do *Método Pedagógico do MST* e da *Politecnia* que conformaram a proposta curricular do

DESENVOLVIMENTO DO CTMA

CEARÁ



PARANÁ



CTMA, mas, antes, de compreender os elementos constitutivos dessas matrizes — os quais, a partir de uma prática reflexiva e em diálogo com os contextos e territórios onde se presentificaram, fazem parte do mesmo processo formativo, articuladamente integrados, sinergeticamente concebidos.

Somente através destas parcerias que compuseram as Coordenações Político-Pedagógicas no Ceará e no Paraná, de sujeitos coletivos e políticos territorializados, é que foi possível mobilizar e tecer a rede de entidades, instituições, movimentos e pessoas que contribuíram para esta experiência de formação em TMA. Um processo de gestão acadêmica que exigia toda uma gestão de recursos — pedagógicos, além de transporte, alojamento, alimentação — dia a dia, e que envolveu dezenas de instituições que, ao serem convidadas e incorporadas, proporcionou o contato e o desafio de se avançar com a produção da Saúde no contexto da Reforma Agrária.

Vejamos, então, a partir de um mapa e de um quadro as articulações interinstitucionais que fizeram parte de todo o processo do CTMA, com um pequeno resumo do importante papel que algumas delas desempenharam.



SÍNTESE DA ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DO CTMA

COOPERAÇÃO TÉCNICA	PAPEL
Ministério da Saúde – Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde / SGETES	Financiamento do CTMA; participação em algumas reuniões de preparação do Curso.
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/EPSJV-Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ	Proponente oficial do Projeto do CTMA junto ao MS; cooperação técnica com MST para formação em <i>educação e saúde do campo</i> ; integrante da CPP do CTMA; gestão executiva e coordenação dos processos político-institucionais e acadêmico-pedagógicos do Projeto; gestão da equipe de profissionais contratados pelo CTMA.
Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico/FIOTEC	Pessoa jurídica responsável pela execução financeira Projeto do CTMA conjuntamente e a partir de contrato com EPSJV/FIOCRUZ.
MST: Coletivo Nacional de Saúde/Setor de Produção/Setor de Comunicação e Cultura/Setor de Educação	Negociação com MS para financiamento do CTMA; cooperação técnica com EPSJV para formação em <i>educação e saúde do campo</i> ; integrante da CPP do CTMA; indicação para composição da secretaria do CTMA no CE e no PR, indicação de militantes para formação e articulação nos territórios de Reforma Agrária para viabilização do CTMA.
Escola do Campo João dos Santos de Oliveira “João Sem Terra”/MST	Cooperação técnica com EPSJV para realização do CTMA/núcleo territorial da turma do Ceará.
Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia – CEAGRO-MST/PR	Participação nas oficinas de construção curricular; parceria na indicação de educadores/as; cooperação técnica com EPSJV para realização do CTMA/ núcleo territorial da turma do Paraná.
Núcleo Trabalho, Ambiente e Saúde para Sustentabilidade (Tramas) – Universidade Federal do Ceará (UFC)/CE	Participação nas oficinas de construção curricular do CTMA a partir da experiência de atuação interdisciplinar no âmbito da pesquisa, ensino e extensão em saúde coletiva no Ceará; cooperação técnica com MST/EPSJV; integrante da CPP/CE do CTMA.
Universidade Federal Fronteira Sul/UFFS – campus Laranjeiras do Sul	Cooperação técnica com EPSJV/MST; parceria na indicação de educadores/as para o CTMA e com a experiência em agroecologia de um campus universitário dentro de um território de Reforma Agrária.
Unidade da FIOCRUZ/CE	Participação nas reuniões de preparação do CTMA; parceria na cessão de logística para o CTMA na sede da Unidade em Fortaleza.
PARCERIAS PARA VIABILIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS	
Rede Unida	Financiamento de estágio do CTMA junto ao SUS; pela primeira vez no do VER-SUS Brasil – antes só oferecida a estudantes de graduação.
Secretarias Municipais de Saúde Fortaleza/CE e de Curitiba/PR	Colaboração para construção de estágio dos/as Técnicos em Meio Ambiente no Projeto VER-SUS Brasil, na elaboração da programação do estágio e integração de educandos/as do CTMA com equipes de saúde.
Escola de Saúde Pública do Paraná e Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da UFPR	Cooperação técnica para realização do estágio no SUS.
Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária (ATER CE) e CEAGRO – (ATER – PR)	Cooperação técnica para realização do estágio de ATER.

O CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE POSSIBILITOU QUE EU PUDESSE APRIMORAR MAIS MEU CONHECIMENTO TANTO POLÍTICO QUANTO TÉCNICO; APESAR DA MINHA PRÁTICA MILITANTE E CONVIVÊNCIA COM A BASE, PUDE TER UMA INTERAÇÃO A PARTIR DA DEMANDA DO CURSO, DESPERTANDO ASSIM UM OLHAR MAIS CRÍTICO SOBRE A REALIDADE NA QUAL VIVEMOS. ANTES DE ENTRAR NO CURSO JÁ TINHA INTERESSE SOBRE OS TEMAS SAÚDE E MEIO AMBIENTE, PORÉM VIA ISSO DISTANTE UM DO OUTRO, NÃO CONSIDERANDO A SUA RELAÇÃO — COMO, MUITAS VEZES, VEMOS A SAÚDE APENAS QUANDO ESTAMOS SEM ELA, NÃO CONSIDERANDO SUA CAUSA, QUE PODE ESTAR RELACIONADA AO TRABALHO OU O AMBIENTE NO QUAL NÓS VIVEMOS. ENTENDO QUE O TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE É UMA PESSOA CAPACITADA PARA COMPREENDER O MANEJO DAS ÁREAS DE PRODUÇÃO, DAS ÁGUAS QUE ACONTECEM NAS HABITAÇÕES, DO SOLO, A QUESTÃO DA POLUIÇÃO, A RELAÇÃO DAS PLANTAS COM OS ANIMAIS, SENDO ASSIM UMA SÉRIE DE ELEMENTOS QUE INTERFEREM DIRETAMENTE COM AS LIÇÕES DE VIDA DOS MORADORES E QUE TENHA A COMPREENSÃO DA PARTE TEÓRICA E PRÁTICA A PARTIR DA SUA FORMAÇÃO E DOS SEUS TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO, PARA CONTRIBUIR NAS RELAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS, PARA UMA CONSTRUÇÃO DE UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA. **JOÃO PAULO PEREIRA** — ASSENTAMENTO PALESTINA / OITICIQUINHA, INDEPENDÊNCIA, CE. TRECHOS DE “CARTA DA MINHA EXPERIÊNCIA DO CURSO” AO FINAL DO CTMA, 2013.

A INSERÇÃO NESTE CURSO MUDOU MINHA HISTÓRIA DE VIDA, POIS FOI A MINHA PRIMEIRA EXPERIÊNCIA EM UM CURSO TÉCNICO PELO MST. MEU ENVOLVIMENTO COM O MST SE INTENSIFICOU MUITO, POIS AGORA PARTICIPO MAIS ATIVAMENTE DOS ENCONTROS, JORNADAS, MANIFESTAÇÕES E OUTROS. SE NO INÍCIO DE 2014 HOUVESSE O ANÚNCIO DE UMA NOVA TURMA DO CTMA REUNIRIA A JUVENTUDE DO TERRITÓRIO ONDE RESIDO E EXPLICARIA A METODOLOGIA DO CURSO, A DINÂMICA E AS NORMATIVAS DO CENTRO QUE PERMANECEMOS, A IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR MAIS A FUNDO O TEMA SAÚDE AMBIENTAL E TAMBÉM IRIA EXPOR QUAIS POTENCIALIDADES E DESAFIOS DA TURMA JOSUÉ DE CASTRO. MINHA VISÃO SOBRE OS TEMAS ABORDADOS ERAM MUITO SUPERFICIAIS. AGORA, NESTE PERÍODO DE CONCLUSÃO, POSSO DIZER QUE COMPREENDEI A IMPORTÂNCIA E A AMPLITUDE QUE SAÚDE AMBIENTAL TEM EM NOSSA VIDA. E QUE AS DISCUSSÕES SOBRE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE VÃO ALÉM DO QUE SÃO EXPLICITADOS PELA GRANDE MÍDIA. TENHO CONSCIÊNCIA QUE NÓS, DOS MOVIMENTOS SOCIAIS QUE ABARCAMOS ESSA CAUSA, DEVEMOS NOS PREOCUPAR COM A PRESERVAÇÃO DA NATUREZA, MAS QUE O HOMEM ESTEJA INSERIDO NELA, E... QUE ESTA INSERÇÃO SEJA DE MANEIRA SUSTENTÁVEL E RENTÁVEL A AMBAS AS PARTES SEM ACARRETAR DANOS A NENHUM DOS DOIS. SER TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE QUER DIZER SE PREOCUPAR COM O MEIO ONDE VIVE, APLICAR FORMAS SUSTENTÁVEIS PARA RESOLVER OS PROBLEMAS, TER UM DIÁLOGO SAUDÁVEL COM AS COMUNIDADES E SEMPRE SER UM TÉCNICO-MILITANTE (PRÁXIS-TEORIA).”

FRANCINALVA ALVES RODRIGUES (FRAN) — ASSENTAMENTO SANTA RITA DE CÁSSIA , PEABIRU, PR. TRECHOS DE “CARTAS DA MINHA EXPERIÊNCIA DO CURSO” AO FINAL DO CTMA, 2013.



CUIDAR DO JARDIM

Certificação, registro no CREA e sistematização

Fechando esse Fascículo 2, e antes de abordar as questões da certificação e da sistematização, propomos olhar os elementos que vêm alimentando esse período pós-CTMA.

Como em todo o processo de construção do Curso, eles comportam uma complexidade que, bem dimensionada relativamente aos desafios postos para uma *educação e saúde do campo*, podem contribuir para outras experiências, resguardadas suas singularidades.

LINHA DO TEMPO

O PÓS-CURSO

TERMO ADITIVO DO CONTRATO COM A FIOTEC,
SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

TERMO ADITIVO DO TC 110/2012 SOLICI-
TANDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO

PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO

RELATÓRIOS DE GESTÃO PARA
FIOTEC E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE

REGISTRO DO CTMA NO CREA

NEGOCIAÇÃO COM MINISTÉRIO DA SAÚDE
PARA FINALIZAÇÃO DO TC 55/2011

2014

2015

2016

7ª OFICINA DE SISTEMATIZAÇÃO E
REVISÃO DOS FASCÍCULOS — RJ

6ª OFICINA DE SISTEMA-
TIZAÇÃO E REVISÃO DOS
FASCÍCULOS — CE

5ª OFICINA DE SISTEMATIZAÇÃO — ELABORAÇÃO
DOS FASCÍCULOS — RJ

REUNIÃO NO CE PARA INÍCIO DA ELABORAÇÃO DOS
FASCÍCULOS

4ª OFICINA DE SISTEMATIZAÇÃO, REUNINDO EPSJV/MST/
NÚCLEO TRAMAS/CEAGRO E TMA DO CE E DO PR DURANTE
O II SIBSA/BELO HORIZONTE

3ª OFICINA DE SISTEMATIZAÇÃO NO CEAGRO/PR; ENTREVIS-
TAS DA EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO COM TMA

REUNIÃO COM CREA-RJ

ENTREVISTAS DA EQUIPE DE SISTEMATIZAÇÃO COM TMA EM TAM-
BORIL E ITATIRA/CE

2ª OFICINA DE SISTEMATIZAÇÃO NO CE

CERTIFICAÇÃO DO CTMA

1ª OFICINA DE SISTEMATIZAÇÃO DO CTMA NO CE

CERTIFICAÇÃO E REGISTRO NO CREA

Concluídas as duas turmas do CTMA em dezembro de 2013, logo no início de 2014 iniciou-se o trabalho para a emissão dos certificados do Curso.

Diante da dificuldade para garantir uma pessoa dedicada em cada uma das turmas (CE e PR) para todo o trabalho de secretaria acadêmica ou escolar necessário, foi feito o esforço de reunir a documentação de todo o Curso para preenchimento dos Diários de Classe após a sua conclusão.

Dessa forma, e num trabalho interno à Coordenação, resgatou-se as informações e pôde-se dar seguimento à tarefa de emissão dos certificados, que ocorreu em maio de 2014.

Esse processo reforçou, mais uma vez, a importância de se ter uma secretaria — tanto para a organização de todos os documentos quanto adiantando o preenchimento dos Diários de Classe ao longo do Curso. Resgatar todos os documentos foi trabalhoso e exigiu uma energia importante da Coordenação em 2014.

Relativamente ao registro no Conselho Profissional de Engenharia e Agronomia/CREA, é importante que se diga: quando do início das oficinas de construção do CTMA e até mesmo durante um período de desenvolvimento do Curso, não se tinha conhecimento da necessidade de registro profissional do/a Técnico/a em Meio Ambiente em qualquer conselho profissional. E não por acaso: no *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos* do MEC e na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego, não há qualquer informação sobre isso.

Ao longo de 2014, até mesmo pela necessidade de dialogar com as turmas sobre as possibilidades de inserção profissional dos/as TMA, buscou-se informações de registro profissional.

Nesse sentido, chegou-se a dois conselhos que regulam as atribuições técnicas e competências profissionais do TMA: os Conselhos Regionais de Química (CRQ) e de Engenharia e Agronomia (CREA).

Foi feito contato com ambos os conselhos por telefone e e-mail, além de pesquisa em seus sites, numa busca na internet sobre o registro de outros cursos de TMA em Conselhos Profissionais. As informações, contudo, não são esclarecedoras — o terreno é confuso e cheio de obstáculos. Avaliou-se,

assim, pelas características dos dois Conselhos Profissionais (CRQ e CREA), que havia mais coerência em solicitar o registro do CTMA, por conta do currículo do Curso, no CREA — já que se trata do Conselho que regula profissões como agronomia e as engenharias. No caso do CRQ, faria mais sentido se o currículo tivesse aprofundado mais a formação em análises químicas.

No CREA, por sua vez, identificou-se a necessidade de registrar tanto a instituição de ensino (EPSJV/Fiocruz), como o Curso, através de dois formulários que foram preenchidos e aos quais foi anexada uma série de documentos.

Para a EPSJV/Fiocruz esta foi uma experiência nova: a Escola não tem experiência acumulada no diálogo com Conselhos de Registro Profissional.

Ciosos com as informações que se encontrou na internet (de que há experiências em que as instituições apresentam a documentação ao CREA e levam anos para ter o registro do Conselho), a coordenação do CTMA foi pessoalmente ao CREA. Houve dificuldades para

DIÁLOGO COM CONSELHOS DE PROFISSÕES

As profissões da área da saúde, técnicos de nível médio, que são regulados por conselhos profissionais são as de Técnico em Enfermagem e de Técnico em Radiologia. A EPSJV não tem experiência na formação desses profissionais. Atualmente, após o CTMA, é que a formação em Técnico em Radiologia está sendo oferecida pela EPSJV. Diante disso, para o registro da instituição no CREA teve de se resgatar o histórico da instituição através de documentação que comprova a legalidade da oferta de cursos por ela realizada. Um trabalho importante realizado pela Vice-Direção de Ensino da EPSJV, articulado a partir do CTMA.

entregar a documentação, diante de uma estrutura muito burocratizada. Passo seguinte: articulou-se uma reunião com um de seus dirigentes no Rio de Janeiro, quando finalmente deu-se entrada ao processo de registro da instituição e do curso (já em setembro/2014).

É importante ressaltar que vários Técnicos/as em Meio Ambiente formados/as no CTMA receberam convites de trabalho para compor as equipes de ATER (no CE, no PR, em SC e em PE), mas pela falta do registro no CREA não puderam até agora (dezembro de 2016) atuar profissionalmente.

Nessa luta pelo reconhecimento do CTMA tomamos conhecimento que não há regulamentação específica para o Técnico em Meio Ambiente e que o CREA considera a Lei 5.524/68 e dos decretos que a regulamentam para avaliar as atividades que podem ser desenvolvidas por este profissional. Acontece que a Lei 5.524/68 “dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio” e o decreto 90.922/85 “dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau”.

Outra informação que tomamos conhecimento após o Curso é de que por decisão interna do Sistema CONFEA/CREA (Decisões Plenárias PL-0087/2004 e PL-1570/2004) só podiam ser regulamentados por estes Conselhos os cursos técnicos que tivessem carga horária mínima de 1200 horas — e que nossa solicitação de registro não teria sucesso.

Solicitamos ao MEC manifestação por meio de parecer sobre esta situação, tanto por telefone, quanto por e-mail, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, mas não tivemos retorno. Diante disso, questionamos.

- » Se existem Conselhos que regulam a profissão do TMA, as diretrizes curriculares disponíveis no *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos* do MEC para o CTMA (800 horas + 20% de estágio) não deveriam ter sido apreciadas e pactuadas com esses conselhos? (Em caso

contrário, o MEC está orientando a formação de trabalhadores/as que não terão seu registro aprovado).

- » Porque, então, não há explicações no site do MEC sobre a necessidade de registro em Conselhos Profissionais?
- » Por que não é claro o trâmite de registro nos conselhos, a ponto de deixar as coordenações dos cursos e os/as egressos/as sem informação sobre prazos?

No dia 5 de dezembro de 2014 o Conselho Nacional de Educação, por meio de sua Câmara de Educação Básica, aprovou Resolução 01, que “atualiza e define novos critérios para a composição do *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos* (...)”. A partir desta decisão o curso Técnico em Meio Ambiente passa a ter como exigência 1.200 horas de carga horária mínima. Nesta Resolução (Art. 9º) fica instituído período de transição aos novos parâmetros, para adaptação das instituições de ensino, e fica garantida “(...) a validade nacional dos diplomas de técnico de nível médio já emitidos aos seus concluintes”.

Em referências à esta Resolução do MEC, mas somente em 01 de julho de 2015, é publicada decisão plenária do CONSEA (PL 1300/2015) que revoga as decisões plenárias (PL-0087/2004 e PL-1570/2004) e esclarece “aos CREAs que quando do cadastramento de cursos devem ser observadas as cargas horárias estabelecidas pelos normativos do Ministério da Educação em vigor, respeitando-se os períodos de transição quando previstos nas resoluções”.

No final de julho de 2015 tomamos conhecimento desta decisão do CONFEA pelo CREA-RJ — onde protocolamos o pedido de registro do Curso e da EPSJV em setembro de 2014. Apesar disto e de nos informar que apresentamos a documentação necessária, o CREA-RJ solicitou ao MEC parecer que reafirme a competência da EPSJV para autorizar a criação e certificar cursos.

Em dezembro de 2015 o CREA-RJ aguardava o posicionamento do MEC. Dois anos após a conclusão do Curso os/as 55 técnicos/as formados/as no CTMA continuavam a cobrar uma resposta positiva da coordenação do curso e a relatar as oportunidades de emprego desperdiçadas.

Os questionamentos apresentados mais acima continuam atuais. No site do CNCT, em pesquisa realizada em 22 de dezembro de 2015, continuava no ar uma versão desatualizada que exigia a carga horária mínima de 800 horas para o CTMA. Quantas instituições e educadores/as podem estar sendo induzidas a um grave erro pelo próprio MEC? Como pode o CREA ter tanto poder a ponto de se posicionar em relação a uma determinação do MEC somente após 18 meses?

Em 2016 continuamos a atuar na gestão do CTMA junto ao CREA, que continua aguardando um posicionamento do MEC. Apesar de muitas tentativas da EPSJV, o Ministério da Educação não se posiciona e os/as Técnicos/as em Meio Ambiente continuam recebendo convites de trabalho que não podem aceitar, três anos após terem se formado.



SISTEMATIZAÇÃO

Relativamente ao processo de sistematização, ainda em 2013 se deu início às reuniões por um grupo menor de pessoas para pensar de que formar organizar, elaborar e comunicar a experiência do CTMA.

Essa equipe, chamada *equipe de sistematização*, só veio de fato a ser definida em 2014, acabado o período dos *tempos-educativos*. Composta por integrantes da CPP nos dois estados, Ceará e Paraná, ela contou ainda com a contribuição de consultorias contratadas para esse fim, tanto no aspecto da *animação* do processo de sistematização quanto da concepção e tratamento dos produtos dela derivados.

Isso significou pensar que passos seriam necessários para que ao longo do ano de 2014, tempo destinado ao fechamento dos processos postos em curso pelo CTMA, se pudesse ir chegando a definições importantes quanto a:

- » o que sistematizar? (qual o foco?)
- » para quem? (a que sujeitos a sistematização é endereçada)
- » que produtos resultarão desse processo? (de que forma comunicar aquilo que se deseja comunicar)
- » qual a forma e o conteúdo desses produtos? (que tratamento será dado ao que deve ser comunicado, da forma mais didática possível)



Nesse sentido, é interessante lembrar que ao longo de todo o CTMA, houve o cuidado de pensar momentos, dentre todos os tempos-educativos, em que a reflexão sobre o vivido se fizesse, tanto pelos educandos/as quanto pelos educadores/as, incluindo a CPP.

O cotidiano de trabalho, contudo, com uma rotina intensa de tarefas que iam desde a secretaria à prestação de contas, passando pela organização dos *tempos-escola*, do acompanhamento dos *tempos-comunidade* e dos trabalhos de campo, bem como da orientação dos TCCs, não permitiu que o processo de sistematização se instalasse de forma mais contínua durante o período dos 14 meses de Curso nos territórios.

Uma vez definida a equipe de sistematização, então, organizou-se um cronograma de atividades em que constaram:

- » oficinas presenciais (no Ceará, no Paraná, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro;
- » organização das *matérias-primas* para elaboração dos produtos finais (relatórios de todos os *tempos-educativos*, estágios, caravanas e demais iniciativas)
- » entrevistas com egressos/as do CTMA no CE e no PR;
- » definição dos produtos a serem elaborados;
- » reunião com o conjunto de parceiros/colaboradores-as para revisão/legitimação dos produtos pensados;
- » tratamento gráfico-visual dos produtos;
- » lançamento e difusão dos produtos.

Diante da complexidade de processos / materiais / vivências / produtos / saberes / territórios / pessoas / entidades / articulações / aprendizados envolvidos, a grande questão colocada como norteadora para a equipe de sistematização foi: *o que não pode deixar de ser dito de todo esse processo?*

Como resposta, temos o que se desenha nos cinco fascículos que compõem o conjunto maior de produtos resultantes dessa sistematização, que incluem os vídeos, fotografias, a ferramenta virtual Yandé e o site do CTMA, aberto ao público.

Não é demais, porém, dar uma olhadinha naquilo que foi definido como norteador para fazer chegar ao leitor ou leitora o que agora ele/a tem em mãos.

OBJETIVO GERAL DA SISTEMATIZAÇÃO

- » Avaliar e compreender a experiência do CTMA, compartilhar seus aprendizados, conquistas e desafios e provocar avanços na *Educação e Saúde do Campo*

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA SISTEMATIZAÇÃO

- » Compartilhar metodologias construídas (pesquisa, estágios, inserção na jornada de agroecologia e congresso, diálogo com ATER, setor de Saúde e Produção).
- » Compreender a experiência do CTMA na perspectiva de uma formação diferenciada para o profissional de *Saúde do Campo*: no mergulho no território, visão sistêmica e intersetorial, para o SUS — no processo de sistematização revizitar o perfil profissional que elaboração antes do Curso.
- » Compreender como se dá a relação entre o CTMA, a organicidade e as lutas dos Movimentos Sociais (com o coletivo de saúde do MST, em outros setores, na mobilização nos territórios, etc.).
- » Avaliar de que forma o encontro de diferentes instituições e propostas pedagógicas contribuem para fortalecer essas propostas pedagógicas: o encontro entre a Politécnica e a Pedagogia do Movimento Sem Terra.

PARA QUEM:

- » Movimentos e redes
- » Territórios e sujeitos locais





RECADOS

- » É preciso avançar para construção de uma *Saúde do Campo* que esteja centrada nos territórios camponeses e não *para* os territórios camponeses. O CTMA buscou ser coerente com essa necessidade.
- » É necessário estudar o *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos* e conhecer as resoluções e pareceres da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação para implementação de qualquer curso técnico.
- » É preciso compreender que para promover *Educação e Saúde do Campo* é necessário investimento, não qualquer investimento, não uma sobra de recurso, não um pequeno projeto: é necessário investimento de grande porte.
- » É preciso qualificar a área de gestão de projetos dentro da Fiocruz e demais instituições públicas, assim como garantir recursos que assegurem a constituição de equipes de trabalho para esse fim.
- » É importante considerar que a construção coletiva de pactos (pactuações) foi um aspecto importante e ilustrativo de todo o processo do CTMA pode se constituir numa referência para processos semelhantes.
- » É necessário considerar as diferentes *temporalidades* na gestão de projetos, mantendo a *presença de espírito* para o enfrentamento das diversas questões que concernem a processos desta natureza.
- » É preciso saber que para gerir recurso público é necessária a formação de uma equipe mínima que possa, com conhecimento técnico sobre os mecanismos de funcionamento da máquina pública, dar conta de todos os aspectos envolvidos num desafio como este.
- » É preciso que o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Emprego se posicionem junto aos Conselhos Profissionais para disciplinar o reconhecimento de instituições e cursos.